

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

DOUGLAS FABIAN SILVA EUZEBIO

A INTEGRAÇÃO REGIONAL NA AMÉRICA LATINA À LUZ DA TEORIA
CONSTRUTIVISTA:
ENTRE O REGIONALISMO ABERTO E O REGIONALISMO PÓS-LIBERAL

Porto Alegre

2016

DOUGLAS FABIAN SILVA EUZEBIO

**A INTEGRAÇÃO REGIONAL NA AMÉRICA LATINA À LUZ DA TEORIA
CONSTRUTIVISTA:
ENTRE O REGIONALISMO ABERTO E O REGIONALISMO PÓS-LIBERAL**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao Curso de Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial da obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Sonia Maria Ranincheski

Porto Alegre

2016

CIP - Catalogação na Publicação

Euzebio, Douglas Fabian Silva

A integração regional na América Latina à luz da teoria construtivista: entre o regionalismo aberto e o regionalismo pós-liberal / Douglas Fabian Silva Euzebio. -- 2016.

65 f.

Orientadora: Sonia Maria Ranincheski.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Curso de Relações Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. Integração regional. 2. América Latina. 3. Regionalismo pós-liberal. 4. Regionalismo aberto. 5. Construtivismo social. I. Ranincheski, Sonia Maria, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

DOUGLAS FABIAN SILVA EUZEBIO

**A INTEGRAÇÃO REGIONAL NA AMÉRICA LATINA À LUZ DA TEORIA
CONSTRUTIVISTA:
ENTRE O REGIONALISMO ABERTO E O REGIONALISMO PÓS-LIBERAL**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao Curso de Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial da obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovado em: Porto Alegre, 7 de dezembro de 2016.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dr^a. Sonia Maria Ranincheski– Orientadora
UFRGS

Prof^a. Dr^a. Jacqueline Angélica Hernández Haffner
UFRGS

Prof. Dr. Luiz Augusto Estrella Faria
UFRGS

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer primeiramente ao meu pai, Emerson, e à minha mãe, Sandra, por me dar a vida, a comida que me alimentou até hoje e o universo de ideias, sonhos e beleza com que me criaram, sendo o resultado de qualquer esforço meu, fundamentalmente devido a eles. Agradeço aos meus irmãos por serem também parte da construção do meu deslumbramento e das minhas paixões, atribuo o teor da minha escrita à construção cognitiva da noção de irmão e irmão, Allan, e Marília. Agradeço à minha avó, Alzira, pessoa mais abençoada desse mundo, à minha tia, Tânia, que sempre foi só amor pra mim, à minha tia Eloísa e ao meu avô, Wolmir, pela parceria antes e depois de morarmos juntos.

Agradeço sinceramente e emocionadamente também aos meus amigos, companheiros verdadeiros na jornada da faculdade. Vivendo sozinho em Porto Alegre, ou quase, não há escolha, vocês também foram escolhidos pra ser família, Daniele, Léo, Guilherme, Bárbara, Fran, Ticiane, Richard, Raíssa e Ricardo. Aos vários outros amigos, muito verdadeiros e abertos à minha companhia e aos nossos momentos de reflexão ou de trabalho, obrigado.

Por último, agradeço a essa cidade, que acabou influenciando além do que eu esperava a minha formação, a minha visão como estudante universitário e acabou cativando meu amor pra sempre, mesmo depois da minha partida.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo a análise das relações interestatais na América Latina no que tange aos seus processos integrativos presentes. A partir da análise de dois modelos de integração concorrentes hoje, quais sejam o Regionalismo pós-liberal e o Regionalismo aberto, pretende-se esboçar um panorama de caráter histórico-cultural, político-estratégico e, no marco teórico da teoria construtivista, de orientação interpretativista. Para respaldar a pesquisa na análise objetiva destes processos, selecionou-se dois processos integrativos coexistentes hoje na América Latina, a ALBA-TCP e a UNASUL, com o objetivo de caracterizá-los e enquadrá-los nos modelos de integração estudados atualmente.

Palavras-chave: Integração regional. América Latina. Regionalismo pós-liberal. Regionalismo aberto. Construtivismo social.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the interstate relations within Latin America in the sense of its integrative processes in the present day. Through the analysis of two models of integration in competition today, the Post-liberal regionalism and the Open Regionalism, we intend to outline the historic-cultural, political-strategic character, and, by the adoption of the constructivist theoretical approach, the interpretative orientation. To give perspective to the research by objective analysis of these processes, two coexistent integrative processes currently in Latin America, ALBA-TCP and UNASUL, were selected, aiming at characterizing them and fit them into models of integration studied today.

Keywords: Regional integration. Latin America. Post-liberal regionalism. Open regionalism, Social constructivism.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	CAPÍTULO I: Teorias da Integração e Regionalidade na América Latina	14
2.1	Construtivismo Social	15
2.2	Neoinstitucionalismo discursivo	19
3	CAPÍTULO II: A integração latino-americana e sua construção identitária	22
3.1	Da Doutrina Monroe ao Bolivarianismo.....	23
3.2	Do Sistema Interamericano ao Consenso de Washington	29
3.1	Percepção identitária e construção de discurso	35
4	CAPÍTULO III: Regionalidade na América Latina no século XXI	40
4.1	Regionalismo aberto e regionalismo pós-liberal	41
4.2	ALBA-TCP e UNASUL	46
4.2.1	Intergovernamentalismo e supranacionalidade.....	48
4.2.2	Cooperação regional	50
4.2.3	Integração cultural	51
4.2.4	Complementaridade econômica.....	53
5	CONCLUSÃO.....	56
	REFERÊNCIAS	60

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo fazer uma análise comparativa entre dois modelos de integração regional que marcam as últimas três décadas das relações internacionais na América Latina, quais sejam o modelo de Regionalismo Aberto e o modelo de Regionalismo Pós-liberal a partir da abordagem teórica social-construtivista. Para tanto, utilizaremos dois processos de regionalização como referência para caracterizar a transição entre estes movimentos, a UNASUL e a ALBA-TCP. Ambos são considerados formatos de regionalismo inovadores e cuja relevância para o estudo dos movimentos regionais tem sido cada vez mais evidente no contexto da formação de organizações e regimes internacionais no hemisfério ocidental.

A integração regional tem sido percebida como um objetivo cada vez mais urgente desde as crises econômicas da década de 1980, sobretudo nos países periféricos do sistema internacional, onde os efeitos da globalização e da tendência geral à liberalização de mercados impactaram mais profundamente as estruturas internas dos países e suas dinâmicas socioeconômicas. Na América Latina as tentativas formais de integração surgiram ainda em 1915, com o Pacto ABC (Argentina, Brasil e Chile), embora somente nos anos 1940 tenha adquirido proporção continental, com o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), a partir da iniciativa estadunidense de organizar e regular o espaço de interação no continente no contexto da Guerra Fria. Com o novo cenário do pós-Guerra Fria que surge nos anos 1990, a integração regional incorpora novos fatores e dá origem a novas agendas, exigindo participação mais ativa por parte dos governos dos países da região.

A década de 1990, portanto, inaugura na América Latina uma nova fase da integração regional inspirada pelas estratégias do chamado Novo Regionalismo, caracterizado por sua emergência em um mundo multipolar e sua relação inerente com a globalização, em que as regiões emergentes buscam cooperar para se integrarem às novas dinâmicas da economia mundial (HETTNE, 2003). Neste marco se reativaram os processos de integração centro-americano, andino e caribenho, em crise durante a década anterior, e foi fundado o Mercado Comum do Sul (Mercosul), composto por Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e, a partir de 2013, Venezuela. Em todos os casos os governos optaram por um novo modelo de integração que, no que se refere ao comércio, baseou-se nas políticas de abertura do “regionalismo

aberto”, o que permite identificar o período de 1990 a 2005 como uma nova etapa ou ciclo coerente na integração regional (SANAHUJA, 2010).

O conceito de “regionalismo aberto” foi elaborado pela CEPAL no decorrer da década de 1990 para pensar a inserção da América Latina no processo de globalização da economia mundial. Na década de 1950, quando a economia internacional passava por um grande processo de crescimento e era regulada pelas normas de Bretton Woods, a CEPAL formulou o esquema “centro-periferia” para analisar a inserção da América Latina naquele contexto internacional. Nos anos 1970, numa situação de crise tanto da economia internacional como das regras de Bretton Woods, o mesmo processo de inserção foi analisado a partir da “teoria da dependência”. Nos anos 1980, reavivaram-se a teoria e o processo de integração regional, como forma de promover tanto o desenvolvimento como a inserção internacional da América Latina (CORAZZA, 2006). Sendo assim, o Novo Regionalismo corresponde a uma ruptura com o formato de integração regional na América Latina, marcada pela ascensão do modelo de regionalismo aberto.

O regionalismo aberto teve como norte as relações comerciais entre os países da região e os demais blocos regionais em formação e já concretizados, como a União Europeia. Os debates a respeito da integração em fóruns multilaterais regionais no período resultaram na conformação de uma agenda voltada ao desenvolvimento de uma rede de trocas e favorecimentos comerciais e à abertura de mercados regionais e nacionais como objetivo principal dos processos de regionalização, o que deu origem, por exemplo, à criação do Mercosul em 1991.

No entanto, o modelo geral adotado que previa a expansão dos fluxos de comércio e o acirramento da competição pelas preferências inter-blocos acabou por produzir maior vulnerabilidade às economias da região, o que agravou o equilíbrio macroeconômico em boa parte dos países latino-americanos durante os anos 1990. A crise que afetou a região ao longo deste período e, em particular, à Comunidade Andina de Nações (CAN) e ao Mercosul, aponta, portanto, para um esgotamento deste ciclo de integração, cujo indicador principal é o intenso debate que atravessou a região sobre a conveniência, a racionalidade, o conteúdo e os objetivos da integração econômica e a regionalização como estratégia política.

Este debate cruza-se com um novo ciclo político inaugurado pelos novos governos de esquerda e as lideranças regionais que, com estratégias contrapostas, promoveram a partir do

início do século XXI uma maior autonomia da região no cenário internacional e particularmente em relação aos Estados Unidos (CIENFUEGOS, SANAHUJA, 2010). Surgem então intensas divergências políticas e ideológicas diretamente ligadas ao modelo de integração a ser perseguido, como as estratégias de desenvolvimento e as modalidades de inserção internacional. Na primeira década do século, novas alternativas à integração tradicional tornam obsoletos no continente os antigos arranjos de uma integração baseada na liberalização e abertura de mercados.

Parte-se do pressuposto de que a promoção da integração regional tradicional dá lugar a um formato novo, a que se convencionou chamar hoje de regionalismos, uma vez que os objetivos buscados podem variar entre os blocos, conformando assim uma pluralidade de formatos institucionais e agendas. O processo decorrente desta promoção passa, portanto, a ser chamado de regionalização. Após a virada dos anos 2000, pode-se identificar na região a coexistência de diversas formas de regionalismos, tanto baseados no modelo de regionalismo aberto, que não foi completamente superado, a exemplo da Aliança do Pacífico, como os chamados regionalismos pós-liberais, não havendo apenas um único modelo como preconizado na década de 1990 (BRICEÑO-RUIZ; HOFFMAN, 2015).

É necessário distinguir para fins conceituais os termos a serem utilizados, já que a integração implica redução ou eliminação de restrições à livre troca de bens, serviços, capitais e pessoas e, em alguns casos, delegação de soberania a uma autoridade supranacional. O regionalismo, por outro lado, implica processos de cooperação em áreas diversas, militar, política, econômica, energética, técnica, e reflete prioridades de política externa, sendo relevante a dimensão geoestratégica. O regionalismo, ao contrário dos processos de integração, tem objetivos bem menos ambiciosos e, por ser uma dinâmica majoritariamente intergovernamental, envolve graus muito variados de coordenação de políticas governamentais e quase nenhuma delegação de soberania, a não ser no que diz respeito à coordenação específica das questões em negociação (LIMA, 2013).

O termo regionalismo¹ é responsável por conceituar um movimento mais amplo, representando o processo ou o movimento político mediante o qual os Estados e atores não estatais cooperam e coordenam estratégias dentro de uma região. Segundo Söderbaum (2004),

¹ Por vezes chamado por autores da vertente social-constructivista de Regionalidade (BATISTA, 2016), tradução da alcunha inglesa *Regionness* (HETTNE, SÖDERBAUM, 2000), através da qual distingue-se da mera integração institucional a formação de regionalismos baseados em movimentos não somente políticos, mas de caráter identitário e marcados por intercâmbios migratórios crescentes.

o regionalismo faz referência a um fenômeno geral, que está presente em quase todo o mundo e representa as ideologias que criam, mantêm ou modificam a provisão dos interesses de uma região específica.

No âmbito latino-americano estudaremos dois processos de regionalização que ganham espaço no cenário regional a partir da virada do século XXI como decorrência da conformação das novas necessidades e dos novos desafios acima citados e das oportunidades que o esgotamento do Regionalismo Aberto oferece para os formuladores de política externa latino-americanos. O primeiro caso é a União das Nações Sul-americanas (UNASUL), fundada em 2008 por iniciativa do governo brasileiro e fortemente orientada pela política externa do Itamaraty, cuja pedra fundamental ancora-se na estratégia político-securitária para a América do Sul. O segundo é a Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos (ALBA-TCP), formalizada em 2009 a partir da ampliação da Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA), idealizada e fundada em 2004 pelos governos de Hugo Chávez, da Venezuela e Fidel Castro, de Cuba e cujo objetivo era firmar uma associação de países que oferecesse complementaridade econômica, de mão-de-obra e monetária na América Latina.

O nascimento da UNASUL como Comunidade Sul-americana de Nações (CASA) ocorre na III Cúpula Sul-americana, realizada em Cuzco, no Peru, em 8 de dezembro de 2004. Nessa ocasião propõe-se um projeto de clara vocação política, inspirada na União Europeia, cujo discurso baseia-se em uma identidade comum e em valores regionais compartilhados. Concretamente, a CASA se constituiria a partir de três pilares. O primeiro é a concertação e coordenação das políticas externas, com o propósito de afirmar a América do Sul como um bloco regional no cenário global. O segundo componente é a convergência da CAN, o Mercosul e o Chile, Guiana e Suriname na Área de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSA). O terceiro trata da integração física, energética e de comunicações no subcontinente, no marco da Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), atual Conselho Sul-americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN). A isso somou-se o compromisso de intensificar a cooperação em variados âmbitos e de fomentar a participação do empresariado e da sociedade civil.

O projeto da CASA, que surge no governo Cardoso (1995-2002), adquire maior força política com a ascensão dos governos de centro-esquerda na região e, particularmente no caso brasileiro, com o governo Lula da Silva (2003-2010), impulsionando a estratégia de longo

prazo elaborada no cerne do Ministério das Relações Exteriores, sob liderança do então chanceler Celso Amorim, considerado o expoente do período da política externa “altiva e ativa”² e responsável por grandes avanços na projeção internacional da imagem e do discurso brasileiro.

A ALBA, por sua vez, é resultado de uma aproximação pessoal entre Hugo Chávez e Fidel Castro que se concretizou em um acordo assinado em 2004, unindo países subdesenvolvidos, periféricos e que se propõem a assumir o papel de revisionistas do *status quo*, pregando a cooperação, a complementaridade e a solidariedade internacional (BENZI, 2016). Chávez e Castro, individualmente conhecidos como questionadores da hegemonia estadunidense, propõem a regionalização político-estratégica a moldes revisionistas. Para além de Cuba e Venezuela, a composição da Aliança foi crescendo aos poucos e hoje une Bolívia, Nicarágua, Antigua e Barbuda, Equador, Republica Dominicana, Granada, Santa Lúcia e São Vicente; todos esses países governados por partidos de centro-esquerda contestadores da hegemonia estadunidense. Portanto, a proposta contra-hegemônica da Aliança, para alguns autores, assume caráter gramsciano de guerra de posição (BENZI, 2016; MUHR, 2010), onde, segundo Gramsci, a revolução para o fim do capitalismo se daria aos poucos e gradativamente ganharia adeptos e proporções (COX, 2008).

Embora esteja organizada de acordo como uma Organização Internacional (OI), contando com Conselho de Presidentes, Conselhos de Ministros, Conselho de Movimentos Sociais e diversas comissões internacionais, e possuir instituições transnacionais como as Companhias Gran-Nacionais (cooperativas de empresas de diversos países-membros da ALBA, criadas para facilitar as trocas intra-bloco), o bloco também promove acordos bilaterais ou multilaterais entre membros e não-membros, incentivando projetos transnacionais de bem-estar social e criando, assim, um espaço para fortalecimento da integração da região (RIGGIROZZI, 2011; BATISTA, 2016).

Ambos os regionalismos acima citados são enquadrados no conceito de Regionalismo Pós-Liberal (BRICEÑO-RUIZ; HOFFMANN, 2010), além de poderem também ser enquadrados nos conceitos de Regionalismo Pós-Hegemônico (HETTNE, 2004) ou ainda

² Política Externa “Altiva e Ativa” faz referência ao período em que a projeção internacional e a formação de autoimagem do Brasil nas relações internacionais alcançou um apogeu de conquistas bilaterais e multilaterais, marcando uma etapa de expansão do sistema diplomático brasileiro, entre 2003 e 2011, durante o governo Lula da Silva. A expressão fora utilizada pela primeira pelo próprio chanceler, Celso Amorim, e posteriormente utilizada pelo acadêmico e diplomata Paulo Roberto de Almeida no artigo Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula (2004).

Contra-Hegemônico (MUHR, 2010), todos conceitos altamente relacionados entre si³, embora adotemos aqui o primeiro termo, no intuito de estabelecer uma análise comparativa entre o Regionalismo Aberto, cujo ciclo deu-se ao longo dos anos 1990, e o Regionalismo Pós-Liberal, caracterizado pela pluralidade de políticas e agendas, através das tentativas de regionalização da ALBA-TCP e da UNASUL a partir de 2004. O trabalho debruça-se, portanto, sobre a análise das principais características de cada um dos tipos de regionalismo abordados, evidenciando seus aspectos semelhantes e os aspectos que os diferem a partir do estudo de caso dos blocos supracitados.

A hipótese principal do trabalho é a de que o modelo Pós-Liberal possibilita uma maior capacidade de promover uma regionalização efetiva do que o modelo de Regionalismo Aberto, uma vez que se trata de um formato político-institucional que incorpora um discurso e uma imagem fortemente baseados na formação histórico-identitária que abarca os povos da região em uma condição ou história comum, enquanto o modelo de Regionalismo Aberto vem sendo impulsionado por interesses políticos externos, contrários à necessária autonomia, além de tratar-se de um modelo de inserção internacional incipiente e perpassado por relações mínimas de cooperação, a não ser no âmbito comercial. Uma hipótese secundária seria a de que o modelo de regionalismo pós-liberal representa a busca pela contrapartida aos efeitos da imposição da ordem neoliberal na América Latina, embora inscritos sob o marco de um mesmo contexto de governança mundial pós-globalização e em boa medida, compartilhem o enfrentamento de desafios globais mais ou menos similares.

O trabalho tem o intuito de compreender as dinâmicas político-estratégicas que permeiam o sistema de relações interestatais na América Latina, apontar os principais entraves para o aprofundamento destas relações e delinear prerrogativas importantes para a viabilização de novos modelos de regionalismo e novos processos de regionalização a partir da ação dos *policy makers*. Nesse sentido, adquire relevância para a elaboração da política externa brasileira para a região e contribui para o estudo das formações de blocos regionais como parte tanto da compreensão acerca da sociologia das relações internacionais na América Latina como também para a análise de perspectivas futuras de interação dos atores estatais e seus desdobramentos políticos e socioeconômicos.

³ Os três conceitos estão fortemente relacionados, configurando mais ou menos um mesmo contexto e formação de regionalismos, cujas principais características são a busca por maior autonomia regional em relação ao sistema internacional e o balanceamento da interdependência estabelecida entre os EUA e a América Latina. A diferença de nomenclaturas dá-se devido à produção científica na área ser difusa, recente e contar com autores de diferentes idiomas e origens terminológicas, embora possam ser traduzidas num mesmo sentido.

Para responder às questões propostas na pesquisa e atingir os objetivos propostos, foi realizada uma revisão bibliográfica das teorias de integração e dos estudos sobre os novos regionalismos, sobretudo a partir da perspectiva social-construtivista, que evidencia a questão da construção identitária regional e a formação de discursos associados à noção de pertencimento e história compartilhada. Autores de grande força teórica para esta pesquisa incluem Björn Hettne, Fredrik Söderbaum, teóricos do construtivismo da regionalização, e José Antonio Sanahuja, Manuel Cienfuegos e Andrés Serbín, também construtivistas elaboradores de teorias da regionalização aplicadas à América Latina.

Também foi realizada uma compilação de discussões atuais, voltadas à construção de modelos de regionalismo ideais e a processos de regionalização viáveis, imaginados a partir das condições econômicas, políticas e sociais conformadas nas últimas décadas, notadamente as publicações da Comissão Econômica Para a América Latina (CEPAL) e que permeiam o tema e o escopo de espaço e período analisados, colocando em evidência os casos estudados (UNASUL e ALBA-TCP).

O trabalho é composto, portanto, da seguinte maneira: o primeiro capítulo aborda a formação histórica das relações interestatais e intergovernamentais na região e a condição compartilhada de periferia em um dito sistema interamericano, idealizado e projetado pelos Estados Unidos; o segundo capítulo aborda a projeção dos discursos promotores das tentativas integracionistas a partir dos anos 1990, evidenciando as principais diferenças no posicionamento e na formação da auto-imagem dos *policy makers* entre ambos os estudos de caso e; o terceiro capítulo aborda a comparação entre ambos os processos de regionalização analisados a partir de aspectos selecionados relativos às políticas institucionais destes modelos de regionalismo, em ascensão na América Latina.

Por fim, buscaremos esclarecer os termos e intenções dos governos e produzir um balanço acerca das perspectivas futuras da formação de processos de regionalização na região, apontando prováveis entraves à regionalização na região e evidenciando os avanços que vimos até o presente momento.

2 TEORIAS DA INTEGRAÇÃO E REGIONALIDADE NA AMÉRICA LATINA

Neste capítulo abordaremos as teorias da integração utilizadas como marco teórico do trabalho, quais sejam o Construtivismo Social e o Neoinstitucionalismo discursivo, com o objetivo de oferecer um panorama sobre estas teorias e suas contribuições para o estudo da integração regional na América Latina. Ao final do capítulo trataremos de algumas considerações importantes sobre a teorização da integração na região e suas vertentes.

A integração regional enquanto objeto de estudo surgiu na década de 1950, a partir da produção acadêmica ao redor da criação da Comunidade Econômica do Carvão e do Aço (CECA), organizada em torno da região do Benelux (Holanda, Bélgica e Luxemburgo), França, Alemanha e Itália. A conformação de um interesse comum, o de desenvolver um polo industrial, deu origem à comunidade institucionalizada, sob uma autoridade comum, inspirando a formação do primeiro processo de integração construído no pós-Segunda-Guerra e o desenvolvimento posterior de estudos acadêmicos acerca das teorias da integração.

A produção acadêmica em torno da integração se ramifica em duas principais perspectivas, quais sejam as teorias econômicas, que visam caracterizar e explicar o grau de integração entre as economias dos países, elencando níveis ou formatos diversos e as teorias políticas, que visam a explicar o comportamento dos agentes políticos e sociais. Utilizaremos fontes bibliográficas de ambas perspectivas, embora a abordagem a ser construída seja majoritariamente delimitada pelas questões políticas e o debate seja centrado nas questões sociológicas que compõem os estudos sobre integração.

Dentre diversas abordagens existentes para tratar da integração, este trabalho propõe-se a explorar a vertente interpretativista dos conceitos de identidade, percepção identitária e discurso. Para tanto, escolhemos duas fontes teóricas voltadas para este debate, quais sejam o construtivismo social focado na construção identitária e o neoinstitucionalismo discursivo, focado na ênfase e naturalização da construção identitária.

2.1 Construtivismo Social

As perspectivas racionalistas, sejam elas de orientação realista ou liberal, tendem ou a negar a importância de identidades para o estudo da política internacional, ou a limitar esta importância ao uso estratégico do argumento identitário por Estados auto-interessados. Nesse último caso, estuda-se a identidade como artifício retórico, conformado a partir de construções sociais instrumentais desenvolvidas por elites em sua luta por poder político para racionalizar e legitimar as preferências dos atores (MARCUSSEN et al. 1999).

Considera-se nestes estudos que atores são racionais e estão motivados por uma lógica de consequência, na qual os interesses são prévios e exogenamente fornecidos. Há um cálculo de antecipação das consequências das decisões por parte de seus tomadores e a ação coordenada é atingida por meio de barganha cujo resultado dependerá das capacidades prévias dos atores. Emprega-se, portanto, a linguagem para perseguir interesses instrumentais.

O construtivismo social, por sua vez, percebe as identidades a partir da relação entre interesses e formação de preferências. A proposição construtivista básica é a de que os atores agem em um ambiente ao qual se confere significado em uma dinâmica de construção social, de modo que interesses, tal como identidades, estão ligados a processos sociológicos de interação. Desta maneira, em uma perspectiva construtivista, as identidades que relacionam indivíduos a grupos sociais não são dadas ou percebidas em uma realidade objetiva, mas sim, emergem do mesmo processo através do qual indivíduos e grupos entendem o que são e o que desejam (RISSE-KAPPEN, 2010). Concebendo a realidade como socialmente construída⁴, o construtivismo possibilita tanto a análise da formação e da reprodução das identidades, quanto a do eventual papel que atores políticos, inclusive instituições, podem assumir nessa dinâmica.

O debate construtivista parte da premissa de que o mundo não é um dado pré-determinado, mas construído a partir da interação entre estruturas e agentes. Nega-se qualquer antecedência ontológica entre agente e estrutura: um não determina o outro, ambos são

⁴ O construtivismo, no entanto, não desconsidera por completo a materialidade, ainda que a ênfase da abordagem resida nos valores e percepções que informam a atuação dos agentes sobre o mundo material. Assim, a noção construtivista de estrutura engloba tanto os recursos (poderio econômico, tecnológico, demografia, condições geográficas) como os processos de comunicação entre indivíduos e grupos e as regras de conduta. Nesse sentido, Adler define construtivismo como a visão em que “a maneira pela qual o mundo material molda e é moldado pela ação e interação humana depende da dinâmica normativa e das interpretações epistêmicas do mundo material” (1997, p. 322).

constituídos de maneira simbiótica. Trata-se do paradigma reflexivo, no qual pessoas e sociedades se constroem mutuamente. Tendo em vista as dimensões cognitiva e social das identidades, observa-se que elas se situam em um ponto médio na dinâmica entre agentes e estruturas: moldadas pelas estruturas sobre agentes que as percebem, sofrem, contudo, influência da atuação desses mesmos agentes. É o contexto dos agentes que, realizando definições subjetivas sobre estas práticas inclusive sob influência de outras práticas sociais, responde por variações nas primeiras (MEUNIER, 2012).

Algumas explicações construtivistas são muitas vezes criticadas por, ao enfatizarem demasiadamente identidades e normas, negligenciarem o papel dos interesses na dinâmica política. De fato, entre as abordagens construtivistas, encontramos autores cuja concepção de identidade é entendida como oposta ao de interesse, em um esforço de demonstrar-se modos não-instrumentais de ação política e social (BRUBAKER; COOPER, 2000). Contudo, é possível pensar identidades dentro de um contexto construtivista incluindo a formação de interesses dentro de uma estrutura. Estes, ao internalizarem normas internacionais⁵, se identificariam com uma sociedade internacional cujos interesses comuns absorveriam.

A postura ontológica construtivista não abandona a razão e a racionalidade, mas se propõe a redescobrir como as considerações racionais são aplicadas a empreendimentos e situações humanas coletivas (ADLER, 1999), o que possibilita entender que atores são simultaneamente racionais e auto-interessados, bem como dotados de identidades sociais que influenciam a formulação dos discursos que embasam suas preferências.

O teórico construtivista Nicholas Onuf (1989), influenciado pela teoria da estruturação de Anthony Giddens, coloca que exatamente no meio entre agentes e a estrutura estariam as normas, as quais exercem funções simultâneas sobre uns e outros e são influenciadas por ambos. Onuf examina as normas que orientam o discurso no intuito de entender os atos dos agentes, e associa esses atos a ordens sociais. Contrariamente à separação que Diez (1999) delineia entre construtivismo social e construtivismo discursivo, autores como Hopf propõem um construtivismo social e, ao mesmo tempo, discursivo, concebendo a sociedade como uma estrutura cognitiva social dentro da qual várias formações discursivas operam (HOPF, 2002).

Nessas estruturas sociais intersubjetivas em que determinados significados predominam sobre outros, a linguagem funciona como uma “estrutura de constrangimento”

⁵ Tratamos aqui da organização do sistema-mundo, incluindo toda a estrutura construída sob a forma de normas estabelecidas entre os indivíduos, as sociedades e os Estados.

que “cria zonas de significância”⁶ (BERGER; LUCKMANN, 1993, p.38) e contribuem para que as situações sejam revestidas de um conjunto de atitudes, perspectivas e representações compartilhadas socialmente (MEUNIER, 2012). Os discursos, portanto, conferem sentido à realidade e, assim, constroem-na, embora não constituam a realidade como um todo, já que a perspectiva é social-discursiva e não meramente linguística.

A identidade social é entendida, por fim, como uma formação discursiva socialmente construída. A partir de enfoques distintos, os autores construtivistas apresentam diferentes explicações para a relação entre identidades e interesses. Entre as várias contribuições teóricas para o tema partiremos da perspectiva de Alexander Wendt (1994; 1999). O autor foi pioneiro na teorização das identidades coletivas nas relações internacionais. Fundamentando-se na teoria da integração, expressamente nos estudos de Karl Deutsch, afirma que: “[...] if we treat identities and interests as always in process during interaction, then we can see how an evolution of cooperation might lead to an evolution of community.”⁷ (WENDT, 1994, p. 390).

Com isso, o autor sugere que a construção identitária acompanha a projeção dos interesses, uma vez que é conforme com a própria projeção discursiva dos atores. Ora, se a ampliação de uma zona comunitária e a cooperação propriamente dita passa a ser agenda para os atores envolvidos, a evolução destes processos políticos pode perpassar o próprio discurso identitário, gerando novas concepções de identidade social e expandindo a noção comunitária socialmente construída. No entanto, considera-se que a formação de instituições de caráter integrativo, como a UNASUL e a ALBA-TCP não serão levadas a cabo somente sob o signo da identidade social, oriunda de uma percepção identitária popular, senão em uma simbiose desta com uma outra, a que Wendt chama identidade corporativa.

Para Wendt (1994) a diferença entre identidade corporativa e identidade social reside no fato de que a primeira se refere a qualidades intrínsecas que conferem individualidade ao ator, e em virtude das quais os indivíduos operam como uma coletividade estatal. Isto é, o ator, enquanto *policy maker*, se distancia da identidade social, passando a congregar também um quadro de formuladores de políticas com uma percepção identitária mais dinâmica, que absorve os símbolos sociais da identidade tanto quanto os promove.

⁶ “*constraining structures*” e “*creates zones of meaning*” (tradução nossa).

⁷ “Se tratarmos identidades e interesses como processos concomitantes às interações, então podemos ver como uma evolução da cooperação pode levar a uma evolução da comunidade” (tradução nossa).

Quatro interesses corporativos adviriam dessa identidade: segurança física; segurança ontológica ou previsibilidade nas relações no sistema mundo; reconhecimento do ator pelos outros; desenvolvimento no sentido de aspiração por uma vida melhor. O autor corrobora, portanto, com uma visão mais antropomorfizada dos Estados, tipicamente realista, como atores unitários com uma única identidade e um mesmo conjunto de interesses (WELDES, 1996).

Adotaremos aqui a visão construtivista de Wendt, através da qual é possível estabelecer a relação entre a identidade socialmente construída, relacionada aos elementos evocados discursivamente na promoção da integração regional e a identidade corporativa, referente à construção discursiva utilizada pelos *policy makers*, que, ao instrumentalizar a percepção identitária, representam a coletividade estatal, imprimindo nela o conjunto de interesses que conformam os projetos integrativos.

Entende-se, portanto, que tal coletividade estatal é conformada por interesses exogenamente fornecidos, e que segue uma lógica de consequência (WENDT, 1994). No caso latino-americano, estabelece-se uma série de consequências entendidas no contexto das tentativas integrativas, bem como se percebe a gama de interesses exogenamente fornecidos como uma variável historicamente independente, dado a condição latino-americana de periferia do sistema-mundo; e o papel exogenamente fornecido de periferia do sistema hegemônico estadunidense no contexto interamericano.

Em um segundo momento, podemos assumir uma perspectiva paralela, a do teórico da psicologia social e cognitiva, segundo a qual as identidades sociais poderiam gerar interesses individuais ou coletivos, sendo que os segundos resultariam de uma identificação com o destino do “outro”, que passa a ser visto como uma extensão cognitiva do “eu”. Esses interesses coletivos, portanto, levam em conta os interesses do “outro”, e o aprofundamento da cooperação entre as partes tenderia a aumentar também a interdependência intersubjetiva entre os selfs (HOPF, 2002). Partindo-se dessa relação, os Estados passariam a agir segundo uma lógica do apropriado⁸ de acordo com a qual o comportamento estatal, isto é, da identidade coletiva estatal, seria influenciado por normas e regras provenientes de um ambiente social institucionalizado, em uma dinâmica que afetaria, por fim, o entendimento dos atores de seus interesses individuais (MEUNIER, 2012).

⁸ da literatura anglófona, *logic of appropriateness*.

A lógica do apropriado define modelos de ação, comportamento e organização como apropriados, legítimos, corretos ou mesmo naturais (MARCH; OLSEN, 2004). Assume-se que atores buscam cumprir com normas e regras que correspondem às suas identidades políticas porque absorvem os *ethos*, práticas e expectativas da instituição. Assim como identidades, instituições e circunstâncias mudam, as lógicas do apropriado também se desenvolvem e modificam afetadas por uma variedade de processos e situações.

Neste sentido, aplica-se a lógica do apropriado à noção construída de um papel comum atribuído aos países latino-americanos. Este papel remete à noção de naturalidade, absorvida a partir de percepções exógenas, que fornece subsídios para a construção identitária de uma América Latina “naturalmente” subjugada aos interesses do centro do sistema-mundo.

O construtivismo social e seus aspectos específicos, quais sejam a identidade corporativa de Wendt e a lógica do apropriado de Hopf passam, portanto, a ser de grande valor ontológico para interpretar o sentido da construção identitária latino-americana, apropriado na conformação das instituições integrativas que estudaremos.

2.2 Neoinstitucionalismo discursivo

No estudo das relações internacionais o impacto de instituições sobre as identidades dos atores é muitas vezes desconsiderado e, por vezes, observado apenas como auto-interesse das próprias instituições. Schimmelfennig (2007) sugere, em uma abordagem racionalista que contempla ideias e normas, que a propagação e adoção de crenças e práticas institucionalizadas no sistema internacional podem ser explicadas pelo auto-interesse dos Estados, os quais em um sistema institucionalizado consideram que o comportamento de acordo com aquelas representa a escolha racional das próprias instituições, em sua busca por legitimidade.

Faz-se necessário, portanto, adotar também como marco teórico deste trabalho o neoinstitucionalismo discursivo, no intuito de analisar como se processam as identidades no interior das instituições analisadas. Procura-se observar a relação entre instituições e comportamento de atores, com ênfase no fundamento discursivo que as forja, reproduz nas práticas diárias, nas deliberações e tomadas de decisão, e possibilita sua comunicação ao público em geral.

O neoinstitucionalismo discursivo tem enfoque nos efeitos da institucionalização, expressamente na relação entre a capacidade das instituições de coordenar as expectativas dos atores, de gerar sistemas compartilhados de ideias e de moldar assim normas, valores e escolhas políticas (GOLDSTEIN; KEOHANE, 1993; ROSAMOND, 1999). A perspectiva enfatiza não apenas o impacto de instituições sobre os indivíduos, mas a interação entre instituições e indivíduos (LOWNDES, 2002), e observa instituições como estruturas que prescrevem papéis e delineiam atividades e expectativas (KEOHANE, 1990). Refere-se, assim, não apenas a organizações, procedimentos e regras formais, mas também a entendimentos rotineiros e coletivos sobre como proceder (MARCH; OLSEN, 1998).

Para Schmidt, autor expoente do neoinstitucionalismo discursivo (2010), a perspectiva institucionalista não apenas foca no processo comunicativo que se dá por meio dos processos institucionais, mas também seu contexto, através do qual discursos são construídos e transmitidos (SCHMIDT, 2008). Schmidt coloca que:

Discourse serves not just to represent ideas but also to exchange them through interactive processes of a) coordination among policy actors in policy and program construction and b) communication between political actors and the public in the presentation, deliberation, and legitimation of those ideas, against a background of overarching philosophies.⁹ (2008, p. 321-322).

Em instituições interestatais, como a UNASUL e a ALBA-TCP, os discursos envolvem, pois, a comunicação entre Estados, a coordenação política entre eles e, para além da formulação de Schmidt, o arcabouço normativo da instituição: os tratados, acordos, protocolos, decisões e declarações que embasam e norteiam sua atuação. Normas compreendem um conjunto de signos e de símbolos, explícitos e implícitos, cujo impacto vai além da sua instrumentalidade de meio voltado à consecução de um objetivo: possuem uma especial capacidade para incorporar e reforçar determinados significados, dados seu caráter de juízo prescritivo e sua aplicação formal e rotineira, salientando-se seu papel de instituir uma autoridade cotidiana e legitimar seu controle a partir do estabelecimento de uma ordem moral, social e natural (GUSFIELD, 2009).

Por último, discurso compreende os símbolos que operam a comunicação dos atores políticos com o público. Esse discurso comunicativo ocorre na esfera pública e consiste na

⁹ “Discurso serve não apenas para representar ideias mas também para trocá-las através de processos interativos de a) coordenação entre atores políticos na construção de políticas e programas; e b) comunicação entre atores políticos e o público na apresentação, deliberação e legitimação dessas ideias, ante um contexto de filosofias mais abrangentes” (tradução nossa).

apresentação, discussão e esforço de legitimação da instituição e de suas políticas ante os cidadãos. Podemos associar, outrossim, o neoinstitucionalismo discursivo à ontologia construtivista, partindo da premissa de que 1) instituições são estruturas que condicionam a atuação dos agentes e, ao mesmo tempo, construções internas aos agentes; 2) o discurso é um processo interativo com influência causal sobre a criação, persistência e mudança de instituições (SCHMIDT, 2008; 2010).

Partindo de uma combinação dos referenciais teóricos expostos até aqui, interpretamos os processos de regionalização como uma resultante de comportamentos estratégicos e processos sócio-psicológicos de internalização normativa, amplamente guiados pela percepção identitária apropriada por seus agentes promotores e reproduzida no interior das suas instituições no decorrer de seus aprofundamentos.

É necessário esclarecer, contudo, que a interpretação do aspecto discursivo do neoinstitucionalismo, associando-o com a perspectiva construtivista acerca das identidades nos serve aqui tão somente para entender a presença de elementos simbólicos que sugerem o uso da percepção identitária no discurso fundador das instituições analisadas, UNASUL e ALBA-TCP. Não nos propusemos a analisar os discursos propriamente, mas sim, associar o marco institucional e a essência dos projetos integrativos estudados à concepção identitária entendida e construída historicamente pelos *policy makers* latino-americanos. Veremos acerca de tal percepção no capítulo II.

3 A INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA E SUA CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA

Neste capítulo estudaremos a formação histórica da integração latino-americana, sob a lente da construção social de um arcabouço identitário, isto é, uma “história comum”. Consideramos como ponto de partida os primeiros impulsos integrativos entre os países do subcontinente, fortemente influenciados pelos movimentos bolivarianistas, e, por outro lado, combatidos pelos movimentos expansionistas estadunidenses do século XVIII, notadamente através da elaboração da Doutrina Monroe e dos desdobramentos da política externa dos Estados Unidos para a região a partir deste período.

A partir de um panorama histórico resumido buscar-se-á evidenciar tanto as condições que induziram e limitaram as interações sócio-políticas na América Latina como as condições e papéis percebidos como próprios das sociedades e das economias da região no contexto das suas relações internacionais, sobretudo ao longo do século XX e no despertar do século XXI.

O estudo de identidades coletivas, seja ele realizado sob uma perspectiva psicológica, culturalista, sociológica ou política, parte inicialmente de conceitos da psicologia social, e de sua definição básica de identidade social como o liame psicológico entre indivíduos e os grupos sociais ou comunidades a que pertencem (HERRMANN; BREWER, 2004). O compartilhamento coletivo dessa construção social se dá através de símbolos, signos, histórias e ritos expressos direta ou indiretamente no discurso dos seus membros (MARCUSSEN et al., 1999). Ademais, ao contrário de perspectivas essencialistas que tratam de identidades imutáveis e unificadas, a maior parte dos estudos contemporâneos assume-as como dinâmicas e construídas; variáveis, portanto, no transcorrer do curso histórico (HALL, 2000; LARRAÍN, 1994).

De acordo com Benedict Anderson, elaborador do conceito de “comunidades imaginadas”, e amplamente ligado ao estudo das “comunidades de segurança”, A conformação das identidades coletivas é composta por:

- a) base histórico-cultural comum: as “comunidades imaginadas” (ANDERSON, 2008) a que se identificam os indivíduos possuem um conteúdo que lhes confere significação, representado por atributos, símbolos e valores comuns incorporados historicamente;

- b) processos sociais presentes: hábitos e práticas sociais presentes reproduzem as identidades, mas estão sujeito a modificações por iniciativa de agentes ou pela superveniência de novas condições sociais internas ou externas;
- c) dinâmica de diferenciação do “outro”.

Nesse sentido, a identidade enquanto background de hábitos e práticas sociais, e a capacidade dos agentes de atuar sobre ela, modificando-a ou fomentando sua reprodução, configuram a ideia da “identidade como projeto” (CHECKEL; KATZENSTEIN, 2009) – a qual tem raízes no condicionamento histórico-cultural e nas interações sociais presentes.

Pressupondo a centralidade deste condicionamento histórico-cultural na formação identitária a qual tentamos evidenciar neste trabalho, este capítulo se debruça sobre a narrativa histórica da América Latina, partindo da própria forja do termo “América Latina” e as razões primeiras de sua delimitação cognitivo-geográfica.

3.1 Da Doutrina Monroe ao Bolivarianismo

O termo “América Latina” tem origem na delimitação histórico-cultural de seu território, sendo frequentemente entendida como correspondendo aos países americanos conquistados e colonizados por Portugal e Espanha – bem como pela França, no caso do Haiti (ROUQUIÉ, 1987; LAMBERT, 1979; LATINOBARÓMETRO, 2011).

O escritor, filósofo e culturalista uruguaio Arturo Ardao (1986) identifica a delimitação da região sob o signo do conceito de “raça latina” em livro de Michel Chevalier, publicado em 1836. Paralelamente, outros autores apontam para a primazia do uso do termo no poema *Las Dos Américas*, de José Maria Torres de Caicedo, de 1856 (FERES JR., 2005). Jornalista e escritor colombiano que vivia em Paris, Caicedo expõe em seu poema o temor do impulso expansionista americano, e sugere a formação de uma aliança de repúblicas latino-americanas para resistir. Posteriormente, em 1865, após em diversas ocasiões levantar a ideia da criação de uma liga entre as nações, Caicedo publicou livro intitulado *Unión Latino-Americana* (ARDAO, 1986).

Ambos os escritores situavam-se em um mesmo contexto histórico-político, a França de Napoleão III. Dentro dos círculos intelectuais franceses da época, a ideia de América Latina embasou então a doutrina do panlatinismo, professando a unidade dos povos de origem latina, sob liderança da França (FERES JR., 2005). Marcava, assim, a desconstrução da dinâmica de oposição Europa-América, e embora de um lado se contrapusesse ao expansionismo americano, fundamentava contudo uma outra pretensão expansionista, a francesa.

Neste mesmo período os Estados Unidos buscavam paralelamente consolidar o conceito de “Pan-América”, forjado em 1889, dentro do contexto da Conferência Internacional Americana. Ocorrida entre 1889 e 1890 em Washington, a Conferência baseou-se nos princípios da Doutrina Monroe de América para os americanos e a diplomacia fundada sob seu signo, voltada para a necessidade comercial dos Estados Unidos de mercados consumidores externos para sua indústria em expansão e tendo como autor do projeto o político James G. Blaine – apontado como pai do pan-americanismo (ARDAO, 1986).

A Doutrina Monroe havia sido proclamada por seu presidente homônimo, James Monroe, ainda em 1823, postulando que: “[...] os continentes americanos, em virtude da condição livre e independente que adquiriram e conservam, não podem mais ser considerados, no futuro, como suscetíveis de colonização por nenhuma potência europeia [...]” (Mensagem do Presidente James Monroe ao Congresso dos EUA, 1823).

Em adição posterior, o Corolário Roosevelt, discurso do presidente homônimo, Theodore Roosevelt, foi expresso na Mensagem Anual do Presidente ao Congresso dos EUA de 1904. Os Estados Unidos se declararam dispostos a ocupar militarmente países que estivessem passando por uma crise devido a sua dívida externa. O discurso de Roosevelt imprime o próprio teor da relação que os EUA projetariam para a América Latina, alegando que uma nação que conseguisse manter a ordem e cumprir com suas obrigações não deveria temer a interferência dos Estados Unidos. Ademais, uma "nação civilizada" como os Estados Unidos teria que assumir o papel de "polícia do mundo", e ser obrigada a intervir, no caso de um enfraquecimento dos laços da sociedade civilizada em outros países.

Diante do contexto de estruturação lenta das sociedades recém-independentes na América Latina no período, a força com a qual o discurso estadunidense se impôs sobre as nações recém-formadas pode ser considerada definitiva para o estabelecimento de novos

padrões de política externa entre os EUA e os países latinos, configurando assim um dos marcos fundamentais da identidade latino-americana, percebida a partir da condição de povos sob vigilância e “menos civilizados”. Assim, o pan-americanismo não encontrou dificuldades para disseminar-se, de modo que os movimentos identitários latino-americanos pós-independência se desenvolvem em dialético confronto com aquele (ARDAO, 1986).

Em concomitância com os constrangimentos do discurso estadunidense, produz-se também um auto-reconhecimento coletivo regional através dos processos de independência e descolonização. Os consequentes esforços de delimitação territorial dos Estados podem ser considerados essenciais para a formação do caráter identitário latino-americano, marcados pela rivalidade entre espanhóis e americanos descendentes de espanhóis, os crioulos, que faziam parte das elites econômicas, mas aos quais se impunham limitações de direitos. Além das tensões advindas da condição jurídica desigual, os crioulos reivindicavam livre comércio com a Grã-Bretanha e outros países europeus e liberação cultural da Igreja Católica (LARRAÍN, 1994).

Dentro do contexto exposto por Benedict Anderson (2008), as comunidades crioulas desenvolveram concepções sobre sua condição nacional antes mesmo da maior parte dos Estados europeus, delimitando, assim, uma “comunidade imaginada”, a partir das populações indígenas, ainda que em uma diversidade de idiomas, como parte do “nós”, em oposição aos colonizadores espanhóis, entendidos como “o outro”.

Anderson aponta como fatores para essa construção identitária o fato de unidades administrativas territorialmente definidas preexistirem às repúblicas latino-americanas, unidades estas a que foram sendo progressivamente atribuídos significados (ANDERSON, 2008).

À exceção do processo de independência brasileiro, que deu lugar a uma monarquia, a liberação latino-americana contou, ainda, com grandes líderes simbólicos, destacando-se duas figuras que lideraram campanhas independentistas que ultrapassavam as fronteiras delimitadas pela Coroa Espanhola – José de San Martín, que liderou os movimentos de independência na Argentina, no Chile e no Peru, onde se tornou presidente; e Simón Bolívar, comandante em batalhas de independência na Bolívia, na Colômbia, no Equador, no Panamá e na Venezuela, passando a ser intitulado como O Libertador.

No México, Miguel Hidalgo y Costilla, El Padre de la Patria liderou campanhas de independência que, a despeito das distâncias e escassa comunicação entre os territórios da região, foram influenciadas diretamente pelos movimentos de autodeterminação na América Central, notadamente a partir da criação da República Federal da América Central, proclamada pelo general hondurenho Francisco Morazán.

Destacou-se Simón Bolívar, tendo sido presidente da Venezuela, do Peru e da Grã-Colômbia. Esta última, fundada em 1819 no Congresso de Angostura¹⁰, compreendia a região da Venezuela, Colômbia, Equador e Panamá, configurando o primeiro movimento em direção a uma integração física da América Latina. Em 1826, Bolívar convocou o Anfitiônico do Panamá, visando estabelecer uma confederação americana ancorada em objetivos securitários e políticos, inclusive o de respaldar a independência da região por meio da união entre suas partes.

“Pongamos sin temor la piedra fundamental de la libertad suramericana¹¹: vacilar es perdernos” (BOLÍVAR, Discurso na Sociedade Patriótica, 4 jul. 1811).¹²

Em seu discurso convocatório ao Congresso do Panamá, Bolívar evoca a ideia de uma região liberta da colonização espanhola, excluindo o Brasil, que se encontrava em um cenário pouco associável à proposta de construção regional proposta por Bolívar. Monarquia de colonização portuguesa e processo de independência singular, o país não se enquadrava na categoria de repúblicas americanas de colonização espanhola levantada pelo Libertador em seus discursos em prol de uma confederação – porém tampouco é neles rechaçado ou combatido.

Después de quince años de sacrificios consagrados a la libertad de América, por obtener el sistema de garantías que, en paz y guerra sea el escudo de nuestro nuevo destino, es tiempo ya de que los intereses y las relaciones que unen entre sí a las repúblicas americanas, antes colonias españolas, tengan una base fundamental que eternice, si es posible, la duración de estos gobiernos. (BOLÍVAR, Convocatória ao Congresso do Panamá, 07 dez. 1824).

¹⁰ O Congresso de Angostura foi responsável por uma série de alterações na divisão territorial da Nova Granada, que passou a congregar a Grã-Colômbia, bem como suscitou a redação de uma nova Constituição, cuja participação de Simón Bolívar foi central.

¹¹ Bolívar refere-se, com o termo “suramericana” à América meridional (BOLÍVAR, Carta de Jamaica, 6 set. 1815), no sentido de localizar-se ao sul dos Estados Unidos (América do Norte), portanto, compreendendo também a região da América Central, cujas lutas alinhavam-se aos ideais proclamados na região da América do Sul à época.

¹² “Fixemos sem temor a pedra fundamental da liberdade sulamericana: vacilar é perder-nos” (tradução nossa).

Em contrapartida ao projeto que se erguia, concorreu a geografia do subcontinente: sua extensão, relevo, as diferentes paisagens e escassa população constituíram importantes obstáculos à comunicação e ao transporte no século XIX (LAMBERT, 1979). A hostilidade política e a incipiência das nações e dos Estados também contribuíram. Em um momento de vácuo de poder resultante da retirada da autoridade metropolitana, aliado à consciência nacional incipiente estar concentrada nas elites intelectuais e econômicas, o poder dos *caudillos* se impôs violentamente, a despeito das autoridades formais, criando estruturas políticas baseadas em vínculos de lealdade e proteção. Para Rouquié, o papel do *caudillo* teve impacto direto no modelo político de enfrentamento, considerando *caudillo*: “l'homme politique qui fait passer les liens personnels avant les considérations d'idéologie ou de légitimité organisationnelle, et qui n'admet que les structurations verticales du champ politique.”¹³ (1987, p. 271).

Os *caudillos*, portanto, apesar de sua importância essencial ao processo de construção nacional na América Latina, conformaram um elemento autoritário em um cenário onde autoridades virulentas impunham obediência em troca de favores pessoais, sentimentos de pertinência restritos a pequenas comunidades, e um sonho de união continental vista como capaz de garantir a emancipação de suas unidades.

Como todas as iniciativas de integração posteriores, o Congresso do Panamá não logrou levar a cabo o projeto de Bolívar e Morazán, embora tenha legado à construção identitária regional o advento de uma história de luta e resistência, tornado parte de um mito fundacional na cultura dos países latino-americanos, em sua maioria.

Teóricos como Amitav Acharya (2011), autor do conceito de *Norm Subsidiarity*¹⁴, qualificam os movimentos Bolivarianistas como responsáveis pela criação de uma oposição singular e pioneira ao padrão de estabelecimento de normas internacionais, no contexto do imperialismo que se conformava ao longo do século XIX.

¹³ “O homem político que coloca as ligações pessoais à frente das considerações de ideologia ou de legitimidade organizacional, e que não admite outras que não as estruturas verticais do campo político” (tradução nossa)

¹⁴ Norm Subsidiarity refere-se ao conceito tratado por Acharya em *Norm subsidiarity and regional orders: Sovereignty regionalism and rule-making in the third world* (2011), que sugere o entendimento de uma ordem internacional própria de regiões historicamente sob jugo colonial e/ou imperialista, baseada na reprodução das normas europeias, e configurando efeitos diversos de contraposição e resistência local à imposição de uma ordem internacional elaborada na Europa.

De acordo com o autor, países latino-americanos, os primeiros a obter independência do sistema colonial, teriam sido “inovadores das normas internacionais” (DOMINGUEZ, 2007, p. 126-127). O Bolivarianismo teria representado uma fonte essencial de normas regionais, tendo sido fortemente orientado para a promoção da autonomia regional (ACHARYA, 2011). “It derived from the external threat posed by Europe’s power’s to the nascent South American states”¹⁵ (KACOWITZ, 2005, p. 50). Para Acharya, embora o sonho de Bolívar nunca tenha sido materializado, as interações regionais na América Latina tornaram-se o ponto de partida de “ideas that rejected imperialism, defended sovereignty, self-determination, and non-intervention, and encouraged Latin American coordination and cooperation”¹⁶ (KACOWITZ, 2005, p. 50).

Diferentemente dos países europeus, portanto, a construção das identidades nacionais na América Latina ocorre paralelamente à construção identitária da própria região, e as fronteiras teriam sido construídas já dentro da utopia de desaparecerem. Percebe-se tal diferença ao se oporem Novo e Velho Mundo e, ao mesmo tempo, América Latina e Estados Unidos. Os países latino-americanos, em sua quase totalidade¹⁷, foram conquistados pelos países Ibéricos e assimilados ao Velho Mundo pelo subjugo de suas populações nativas e suas culturas em um processo de intensa ocidentalização que compreendeu idioma, religião, instituições e cultura política (MEUNIER, 2012).

Com o fracasso dos movimentos integrativos Bolivarianistas, o ideal do pan-americanismo ganhava espaço para desenvolver-se em territórios latino-americanos, a despeito de servir ao projeto de orientação monroísta da política externa estadunidense. Com a I Conferência Interamericana de 1889, em Washington, inaugura-se uma política intervencionista na América Central, alterando a dinâmica de interação dos Estados Unidos com os países da América Latina e Caribe, e assim intensificando o desenvolvimento de uma construção histórico-cultural perpassada pela subordinação, assim chamada, neocolonial, e caracterizada por um modelo exógeno e fragmentador. (CASTRO, 2015). É sob esta perspectiva, aponta Rouquié (1987), que as relações entre os Estados Unidos e a América

¹⁵ “Ele (Bolivarianismo) surgiu a partir da ameaça externa das potências Europeias para (conformar) os nascentes Estados Sul-americanos” (tradução nossa).

¹⁶ “ideias que rejeitavam o imperialismo, defendiam a soberania, a auto-determinação e a não-intervenção, e encorajou a coordenação e cooperação latino-americana” (tradução nossa).

¹⁷ Excetuam-se alguns territórios de colonização francesa ou britânica, sobretudo no Caribe, cujas particularidades políticas alijam-nos do contexto latino-americano ao que fazemos referência.

Latina representariam para a última “un facteur d’unité indéniable”¹⁸ (1987, p.19), cujo caráter de dependência tornava o processo integrativo latino-americano cada vez mais limitado aos interesses do irmão do norte.

Nesse sentido, a contraposição entre os ideais e discurso do bolivarianismo e do pan-americanismo representam um marco na construção identitária latino-americana, bem como na formação de um padrão do institucionalismo propriamente da região. Embora inicialmente induzidos por ideais iluministas, trazidos da Europa para a elite crioula, a formulação do ideal de liberdade latino-americano teve impacto direto na construção social da América Latina, fazendo frente à ideologia nacional estadunidense, em franco desenvolvimento no mesmo período.

3.2 Do Sistema Interamericano ao Consenso de Washington

Durante a segunda metade daquele século, a projeção estadunidense evoluiu de uma agressiva política de expansão territorial a outra de gênero imperialista, tomando forma através do projeto pan-americano e que se expandiu em escala continental um decênio depois, em seguida à guerra contra a Espanha. Nessa guerra, os Estados Unidos expulsaram da América o que ainda restava do império colonial espanhol, tomando para si Porto Rico e Filipinas, apropriando-se do Havaí e impondo seu protetorado sobre Cuba e o Panamá, por onde abriu o canal interoceânico requerido para viabilizar e controlar o tráfego naval necessário ao projeto de controlar ambos os mares.

Através de uma sistemática agenda de conferências, incluindo reuniões na Cidade do México, Rio de Janeiro e Buenos Aires, entre 1902 e 1910, os Estados Unidos estabeleciam as linhas de cooperação que compunham o que culminou na União Pan-Americana¹⁹ (1910). A implementação de políticas e a adoção de modelos institucionais originados na sociedade e modo de vida estadunidenses são verificados com crescente intensidade nas instituições do chamado Sistema Interamericano. Apesar do relativo recuo desse processo no período da

¹⁸ “um fator de unidade inegável” (tradução nossa).

¹⁹ Originada da “União Internacional das Repúblicas Americanas para a pronta coleta e distribuição de informações comerciais” criada a partir da Primeira Conferência Internacional Americana realizada (Washington, D.C. – 1889), depois tornou-se a “União Pan-Americana” e, finalmente, com a expansão das suas funções, a Secretaria Geral da OEA.

Primeira Guerra Mundial, a tendência do sistema em configurar uma estrutura institucional de subordinação prevaleceu.

Deve-se destacar, contudo, a forte insinuação do poderio e da intenção estadunidense de interferir nos processos políticos e institucionais dos países latino-americanos no episódio da invasão das tropas estadunidenses à Nicarágua, no contexto da Revolução Sandinista.

Neste período a construção identitária pode ser percebida como crescentemente influenciada pelos veículos de comunicação que se estabeleciam, sobretudo nos países cujas estruturas socioeconômicas avançavam em direção ao modelo de desenvolvimento estadunidense com maior velocidade. Notadamente, México, Argentina, Brasil e Chile já mantinham um corpo editorial relativamente desenvolvido, fornecendo um teor mais direcionado à interpretação massificada dos cenários políticos. Neste sentido, é possível observar a reflexão jornalística acerca das políticas estadunidenses e sua contribuição para a propaganda dos interesses deste país sobre a região.

Como exemplo disso, o período mexicano “El País”, publicou em 1902 um artigo indicando que os Estados Unidos tinham receio de perder seu prestígio no continente, sendo acusados de controlar os foros de discussão interamericanos. Para enfrentar tal problema, o jornal afirmava que o país fazia uma campanha no intuito de “recobrar seu prestígio e desvanecer os temores e as desconfianças, angariando simpatias e restabelecendo a poderosa influência que indubitavelmente gozavam em algumas nações, principalmente nos países hispano-americanos da América Central” (DUCI, 2008). O sentimento *americanófilo* pode ser considerado tanto fruto da intensificação sistemática da propaganda da ideologia estadunidense no meio político como também decorrência de anos de franca naturalização da ideia de “superioridade” dos Estados Unidos sobre a região. Esta última era difundida entre as elites políticas e intelectuais latino-americanas, não raro sendo interpretada sob o signo da revolução liberal europeia, importada em versão, no mínimo, descontextualizada pela intelectualidade em formação na América Latina.

É importante frisar que este período é marcado por uma formação muito incipiente do pensamento latino-americano, que pouco herdava das ideias bolivarianistas do passado, associadas, no meio burocrata-elitista, a um fracasso de caráter utópico. Em concorrência com o ideal e modelo social estadunidense em plena ascensão na época, perdia sentido no contexto da resistência à subordinação.

A imagem de superioridade norte-americana, no entanto, entrava diretamente em conflito com os ideais pan-americanos promovidos pelas Conferências, os quais pregavam a busca por um passado comum, ou seja, a procura por características comuns a todas as nações da América. Desse modo, a ideia que constituiu a base do pan-americanismo, sofreu várias transformações e passou a justificar o papel hegemônico dos Estados Unidos sobre as outras partes do continente. Assim, para divulgar o pan-americanismo, os EUA promoveram, na imprensa dos países latino-americanos, a propaganda de uma Doutrina Monroe reformulada, tentando manter em foco a questão das políticas coloniais de algumas potências europeias (DUCI, 2008).

A conformação de um sistema interamericano coordenado pelos Estados Unidos adquiriu com o tempo novos formatos e adotaram-se novas estratégias. A despeito de uma série de negociações bem-sucedidas por parte dos governos latino-americanos no campo da formação de instituições políticas e das instâncias jurídicas internacionais durante o auge do pan-americanismo, o desgaste da autoimagem identitária latino-americana acabou sendo uma tendência irreversível, pelo menos durante o século XX.

Em sua sétima edição, a Conferência que teve lugar em Montevideu foi a mais exitosa de todas as conferências pan-americanas, o que se explica pelo clima antifascista do momento, e pela necessidade estadunidense de contar com o respaldo latino-americano na iminência de um grande conflito mundial como o que pouco depois seria a Segunda Guerra Mundial (CASTRO, 2015).

Com a Segunda Guerra, aprofunda-se o entrelaçamento de interesses entre Estados Unidos e países latino-americanos. Por um lado, a capacidade de articular formas de barganha por parte dos Estados da região aumenta, demonstrando que a elite política tinha absorvido e naturalizado, enfim, as normas internacionais estabelecidas para a região, de forma a eventualmente beneficiar-se disso. Por outro, atesta a completa subordinação das nações ao modelo securitário estadunidense, oferecendo subsídio para novas formas ideológicas de subordinação, notadamente, o anticomunismo.

Não somente na construção da identidade social, dinâmica e mutável, na América Latina o advento do combate ao comunismo surge, mas também, e sobremaneira, na identidade corporativa dos Estados da região. É nesse sentido que a conformação da percepção identitária no período pós-Segunda Guerra afeta o próprio interior das instituições

políticas no subcontinente. Gradativamente as questões securitárias que afetavam os Estados Unidos e delineavam sua própria construção identitária haviam sido absorvidas pelos Estados latino-americanos, representando um reflexo da estrutura de dependência e subordinação estabelecida desde a fundação destes Estados.

O fortalecimento da condição hegemônica dos Estados Unidos no hemisfério ocidental apenas tonificava a relação dialética de dependência e constrangimento; e exemplaridade e desconfiança, que se alimentava com os países latino-americanos desde a formulação da Doutrina Monroe. As relações securitárias refletiam em razoável medida esta relação dicotômica: em 1947 é assinado no Rio de Janeiro o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), seguida, em 1948, da criação da Organização dos Estados Americanos (OEA), sucessora da União Pan-americana. Tendo como contrapartida imediatamente posterior, na Conferência de Honduras, a adoção do Tratado Americano de Soluções Pacíficas e da Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem, concretizam-se antigas aspirações latino-americanas que até aquele momento não se havia podido lograr.

Paralelamente, em boa parte da América Latina o período imediato ao pós-guerra teve um alento democrático que vinha dos ideais, mobilizações e frentes antifascistas e populares surgidos antes e durante os anos do conflito. Em muitos países da região, nesses anos, houve movimentos políticos que incorporaram conquistas sociais e ideias progressistas a suas constituições nacionais. Em escala mundial, esse espírito se expressou de maneira semelhante na criação da Organização das Nações Unidas (ONU) e na adoção de sua Carta (CASTRO, 2015).

A natureza negociadora das relações interestatais que se seguiram refletiram também, ao longo do período de Guerra Fria, a tendência ao comportamento instrumental dos Estados diante do recrudescimento do *status* de hegemonia que os Estados Unidos galgavam. A percepção do “outro” como um gigante, potente e imbatível já estava presente no arcabouço da *alteridade* estadunidense, embora, agora, muito mais patente e expresso de maneira inédita no discurso político e na postura discursiva dos *policy makers* latino-americanos. A resolução acordada sobre propaganda e atividades subversivas²⁰, assinada na Conferência de 1954 em Caracas evidenciou o grau de controle exigido pelos Estados Unidos e seus efeitos cognitivos sobre a identidade corporativa, de maneira geral, na América Latina.

²⁰ A condenação das políticas nacionalistas de Jacobo Arbenz em reunião da OEA ilustra o discurso americano incisivo sobre a ascensão de forças fora de seu espectro de influência direta.

Assim, em 1961 o presidente Kennedy lançou, em conferência da OEA no Uruguai, a Aliança para o Progresso. O objetivo anunciado era “melhorar a vida de todos os habitantes do continente” através de um conjunto de medidas sociais, políticas e econômicas, patrocinadas pelo setor privado. Estas iam desde programas de educação, saúde e moradia até certas ações de reforma agrária, idealizadas para mitigar as causas do desgosto popular mediante programas regulados por Washington. Nesse mesmo período, as insurgências que ocorriam na América Central, especialmente a Revolução Cubana, reacendiam ideais de libertação e autonomia de outrora por toda América Latina. Incansavelmente combatidos pela propaganda de Washington, retomavam força, em alguns casos, sob o signo das ideologias de cunho marxista, de forma que o fracasso da Aliança significou o endurecimento da estratégia para a região a partir de então.

O projeto de Kennedy afetava interesses tradicionais dos grupos oligárquicos e conservadores norte e sul-americanos, que lhe opuseram múltiplas dificuldades, a um grau que, em seguida ao assassinato do presidente norte-americano, o governo de seu país começou a desvalorizar gradualmente o projeto. Dali em diante prevaleceu a política estadunidense de controlar os povos da região por meio do respaldo às ditaduras de segurança nacional.

Para além do sistema interamericano, encabeçado pela OEA, a nível global, o sistema da recém-formada Organização das Nações Unidas produziu, dentre diversos outros, o advento de uma comissão de relação indissociável com as questões integrativas. Sob influência da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, este debate passou a integrar definitivamente os objetivos do sistema interamericano, através do qual os projetos integrativos pudessem ser delimitados pelo crivo dos interesses de Washington. Criou-se, assim, em 1948 a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

A CEPAL desenvolveu, no entanto, papel central no despertar de um pensamento econômico latino-americano, tendo impulsionado o surgimento de diversos debates subsequentes acerca do próprio caráter de dependência das relações econômicas entre Estados Unidos e América Latina. Por um lado, serviu de mecanismo de controle e vigia para Washington; por outro, conformou o surgimento de uma vertente de pensamento produzida para a América Latina, de forma que o discurso político por trás de sua produção acadêmica encontrou muitas contradições e ofereceu subsídios para a reflexão posterior acerca dos projetos estadunidenses para o continente.

À causa de sucessivos conflitos políticos nos anos que se seguiram, tanto no interior dos países como em contexto global, a identidade corporativa passou a absorver os novos padrões de normas internacionais de forma mais automática, acelerando também o processo de internalização da condição de “quintal” do sistema hegemônico estadunidense. No período da segunda Guerra Fria (1979-1989), tamanhos e tão profundos tinham sido os impactos materiais das crises do petróleo, da implosão da bipolaridade e das crises políticas internas dos países latino-americanos, os efeitos cognitivo-sociais não seriam menos drásticos. A auto-percepção latino-americana havia se deteriorado vertiginosamente.

A década que se seguiu, marcada regionalmente por processos de redemocratização e reestruturação econômica foi perpassada não somente pela total naturalização da ideologia neoliberal, como pela desmobilização de quaisquer ideologias nacionais que houvessem pairado no ideário das elites intelectuais ou de movimentos sociais amplos de anos anteriores.

Essa ideologia passa a ser impressa como modelo por Pinochet, Menem, Perez e Fujimori nos governos de Chile, Argentina, Venezuela e Peru, respectivamente, numa resposta ao agravamento das dívidas internacionais dos anos 1980, contraídas nas décadas anteriores. Estes governos recorrem ao Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional (FMI) que, em troca de financiamentos, exigiam políticas que garantissem o controle das contas públicas e a abertura das economias aos mercados internacionais (FERREIRA, 2015).

Em um período de intensificação das prescrições estadunidenses para os países da região, no contexto da recuperação das crises financeiras e da negociação das dívidas externas dos países latino-americanos, o Consenso de Washington, de 1989, representou o início de um período de abertura dos mercados da região.

O exemplo da aproximação do México com os Estados Unidos abriu precedente para diversos impulsos integrativos e negociações bilaterais posteriores que descartavam as ressalvas histórico-culturais que os Estados e as instituições guardavam em relação ao comportamento agressivo de Washington. A década “neoliberal” representou, neste sentido, a descrença total em uma autonomia da região, tendo as iniciativas integrativas perdido qualquer essência identitária antes evocada por seus elaboradores.

Entendendo a construção identitária regional como um conjunto de elementos que perpassam toda uma região, faz-se necessário ressaltar que, à medida que o desgaste da resistência e do desejo pela autonomia se deu, também se produziu uma dissociação entre os

países da mesma região. Em outras palavras, o modelo hegemônico estadunidense foi capaz, em um alto nível de consciência de seus *policy makers*, de induzir à fragmentação do liame sócio-cognitivo construído historicamente na América Latina. Contribuiu diretamente para isso a política estadunidense, já de longa duração, de primar pelas relações bilaterais, o que acirrava as diferenças contextuais entre os países e induzia os Estados a tratarem suas particularidades em dissonância às de seus vizinhos.

O diplomata Paulo Nogueira Batista (1994), escreveu sobre outros efeitos sócio-cognitivos, refletidos nas políticas econômicas e nas formas de absorção da ideologia neoliberal pelas elites políticas latino-americanas: “A imprensa, por meio de editoriais ou de articulistas entusiastas do novo velho credo, alguns de passado esquerdista, colocaria na defensiva todos os que não se dispusessem a aderir à autodenominada "modernização pelo mercado", qualificando-os automaticamente como retrógrados ou "dinossauros".” (BATISTA, 1994, p 7).

O autor descreve também a ressignificação no interior da identidade corporativa nos países latinos, notadamente referindo-se aos corpos diplomáticos, representantes políticos nas instâncias internacionais e, sobretudo, presidentes. De um não-alinhamento automático, seja por um antiamericanismo ideológico, seja por uma percepção realmente diferenciada do interesse nacional, passar-se-ia a uma relação de ostensiva aceitação da dependência aos Estados Unidos. “A deslumbrada reação latino-americana à Iniciativa Bush - de eventual criação de uma Área Hemisférica de Livre Comércio mediante acordos bilaterais - ilustra bem a nova postura externa das elites da América Latina” (BATISTA, 1994).

3.3 Percepção identitária e construção de discurso

Neste item buscaremos conjugar as informações históricas expostas anteriormente à aplicação das propostas teóricas adotadas no primeiro capítulo. Para tanto, estabelecemos um objeto, qual seja a percepção identitária comum aos Estados latino-americanos – e, portanto, a formação de uma identidade corporativa mais ou menos uniforme –, bem como interpretamos a formação e a mutabilidade dos interesses dos elaboradores de políticas latino-americanas como a expressão dessa identidade corporativa comum entre os Estados na América Latina.

Nesse sentido, a percepção identitária é entendida a partir do conceito de Benedict Anderson exposto no início do capítulo. Por tratar-se de uma vertente refletivista, o construtivismo nas relações internacionais propõe-se a analisar o significado da tomada de decisões, em lugar de apenas racionalizar suas antecedências e seus efeitos. Contudo, o sentido da análise incorpora objetivos comuns às teorias racionalistas, tais como a previsibilidade dos cenários e o estabelecimento de relações causais úteis.

Para Anderson, a perspectiva cognitiva-social oferece subsídio para asserções valiosas para ambas as formas analíticas. Dentro do quadro estabelecido pelo autor, analisemos três aspectos que congregam a formação identitária e como podem ser aplicadas ao contexto dos países latino-americanos, quais sejam:

- a) a base histórico-cultural comum;
- b) os processos sociais comuns; e
- c) a dinâmica de diferenciação do “outro”.

O liame psicológico entre as identidades sociais nos países latino-americanos apresenta primordialmente uma base histórico-cultural comum e processos sociais comuns. Como aponta o teórico construtivista da integração na América Latina, José Antonio Sanahuja, o nacionalismo na América Latina foi discurso de fundação do novo poder pós-colonial, tecendo as novas nações a partir de uma narrativa legitimadora do domínio das elites sobre o nativo indígena e os afrodescendentes, além de servir como argumento recorrente na disputa de poder entre liberais e conservadores (SANAHUJA, 2012).

Os processos de independência, apesar das diferenças bem conhecidas, guardam similitudes. O descolamento das relações coloniais oportunizou uma diversidade de possibilidades de se constituírem Estados e nacionalismos, contudo, agentes exógenos, notadamente a presença inglesa no continente, foram capazes de influenciar uma gama de fatores locais, produzindo assim um entendimento mais ou menos próximo em relação aos formatos políticos e a instâncias sociais que se adotariam. A “mentalidade” resultante do período colonial é percebida por toda a região, o que também deu as linhas da demarcação das fronteiras das repúblicas, da ocupação de territórios e finalmente, das iniciativas integrativas através do continente.

Para Nils Castro (2015), o impulso latino-americano até a integração não é só produto de uma história, cultura e identidade afins, mas também expressão de necessidades, aspirações e projetos comuns. De expectativas que ainda hoje nenhum de seus povos pode sustentar e defender por si só, mas que podem se realizar em cooperação mútua, como Martí advertiu. Há tanto um acervo de experiências históricas e culturais quanto também outro, muito relevante, de expectativas, projetos e destino por compartilhar (CASTRO, 2015).

A relação estabelecida com a Inglaterra e, logo em seguida, com os Estados Unidos, sugere que a interação entre estes e os recém-independentes Estados da região tratou-se do que Castro chama de pseudo-integração colonial ou neocolonial, e tem como características:

- a) o centro de poder que a organizou e a governa tem suas raízes na metrópole, fora dos territórios e povos aos quais submeteu e domina, tratando-se, portanto, de uma relação exógena ou excêntrica;
- b) o interesse desse centro consiste em subtrair riquezas e produtos dos territórios e povos periféricos; por conseguinte, estabelecer com eles uma relação extrativa e não de investimento em seu desenvolvimento; e
- c) a atuação desse centro tende a dividir e separar os territórios e povos os quais domina, e a dificultar que se relacionem, instaurando em consequência uma relação fragmentadora. (CASTRO, 2015).

A construção da relação de dependência com os Estados Unidos a partir do lançamento da Doutrina Monroe coroa a tese da percepção identitária latino-americana. Sanahuja coloca que se tenha estabelecido historicamente uma relação “ambivalente”, isto é, dialética, em que os Estados Unidos tenha sido uma referência chave para a configuração da América Latina como ideia e identidade.

No que tange às organizações multilaterais que conformaram a história política da América Latina desde finais do século XIX, essa relação é evidente. Desde o surgimento do movimento pan-americano até a Conferência de Washington de 1889-1890 foi-se constituindo o emaranhado institucional do sistema interamericano, instrumento definitivo para a constituição da hegemonia estadunidense na região. Por outro lado, o mesmo sistema foi cenário no qual a região e suas nações se constituíram como atores internacionais,

construíram sua identidade internacional e definiram uma particular visão e práxis de política exterior (SANAHUJA, 2012). Entre diversas outras coisas, isto significou importantes contribuições para o direito internacional, como o princípio de não-intervenção ou o sistema de direitos humanos.

A formação do pensamento latino-americano também é fortemente ligado a seus processos sociais comuns, bem como a assimilação e produção de ideologias. Izabel Meunier (2012) coloca que após a Grande Depressão, com a adoção de uma estratégia menos dominadora e mais amigável, a influência estadunidense supera a britânica e se torna hegemônica, compreendendo uma dependência econômica e política aprofundada no decorrer da Guerra Fria. Paralelamente a esta conduta de política exterior, debates ideológicos se instauram na América Latina entre aqueles ansiando uma aproximação ou mesmo alinhamento aos Estados Unidos e outros a isso contrários; configurando-se assim uma dependência cultural, política e particularmente econômica – em oposição ao qual reforçam sua unidade (MEUNIER, 2012).

Para Celso Furtado (2007), a formação de uma consciência latino-americana é em grande medida resultante dos problemas colocados pelo desenvolvimento econômico e social da região após a Segunda Guerra Mundial. Naquela época a criação da CEPAL foi fundamental para o advento e a consolidação de uma consciência regional. Configurou-se um momento em que a América Latina deixou de ser uma expressão geográfica para converter-se em realidade histórica. Apesar da oposição dos Estados Unidos ao seu surgimento, a CEPAL resistiu, criou um pensamento original e instalou sua sede em Santiago do Chile, em aberto contraste com os órgãos pan-americanos situados em Washington (FURTADO, 2007).

A inter-relação com os Estados Unidos apresenta-se também em diversas instâncias da formação das instituições latino-americanas, bem como da composição do seu interior. Em obra anteriormente referida, Paulo Nogueira Batista (1994) expõe o que percebeu no contexto dos governos do período neo-liberal, retratando a convergência entre sua maioria em aceitar a proposta e o diagnóstico neoliberal impostos e da visão economicista dos problemas da região.

Contribuiria para isso a existência de um grande número de economistas e cientistas políticos latino-americanos formados em universidades americanas, de Chicago e Harvard, onde passou-se a pontificar uma visão clássica e monetarista dos problemas econômicos.

Alguns desses economistas seriam chamados a ocupar posições de comando em seus países de origem, do que são exemplos Salinas de Gortari no México e Domingo Cavallo na Argentina (BATISTA, 1994).

A noção do “outro” comum, implícita em todos esses aspectos, não obstante, apresenta-se de forma mais evidente na proposição de Cooper e Heine (2009): “[...] a apreensão acerca do poder coercitivo dos Estados Unidos – se ele está agindo sozinho ou através de representantes – permanece implantada na mentalidade coletiva da região” (COOPER; HEINE, 2009, p 303). No que podemos interpretar como a mentalidade coletiva, refletida na identidade corporativa de seus Estados, a noção de “outro”, os Estados Unidos, guarda um valor cultural essencial, e cujos efeitos se fizeram sentir na identidade social latino-americana de maneira geral.

Por fim, aspectos da construção histórica das instituições, como seus modelos de baixo valor democrático e presença histórica de elites econômicas e burocráticas em seu interior compõem, de maneira igualmente relevante para a análise da integração, características comuns aos Estados da região. Conforme Grugel, “além das dificuldades políticas associadas com a construção de um consenso e de um novo imaginário sobre a criação de uma “América do Sul”, de um “Grande Caribe” ou de um espaço “latino-americano” por novos líderes políticos da região, a participação da sociedade civil é afetada pelos legados de processos de tomadas de decisões restritas e políticas tecnocráticas, que se aprofundaram na década de 1990, como consequência de uma mercantilização da democracia” (Grugel, 2009).

É partindo desse panorama de debates, que corroboram a tese do liame cognitivo-social latino-americano, que pretende-se analisar os aspectos integrativos da onda dos Novos Regionalismos do final dos anos 1990. É consensual que a teia de complexidades que abarca diversos aspectos integrativos e diversas nuances interpretativas acerca da regionalidade na América Latina não pode ser inteiramente contemplada nesse trabalho. Contudo, um recorte interpretativo centrado na construção discursiva das identidades regionais, utilizando-se os casos da UNASUL e da ALBA-TCP, pode ser elucidativo para relacionar as novas formas de regionalismo aos entraves culturais – em seu sentido amplo – à integração regional.

4 REGIONALIDADE NA AMÉRICA LATINA NO SÉCULO XXI

Este capítulo tem por objetivo analisar o cenário da integração regional na América Latina hoje, isto é, sua Regionalidade. Conformam esta regionalidade os diversos processos de regionalização em curso no período analisado, qual seja o surgimento dos novos regionalismos até o fim dos mandatos de esquerda predominantes – 1990 a 2014. Entende-se por uma análise de relações internacionais aquela que elenca fatores, variáveis e cenários, dispondo de um marco teórico, aspectos definidos como escopo da análise, e contextualização histórica. O marco teórico adotado possui teor interpretativista e refletivista, visto que a teoria construtivista enfoca a interpretação não-estrutural de fatores, fenômenos e variáveis.

Portanto, coloca-se que os fatores utilizados são construídos a partir da interpretação da expressão de interesses e identidades, refletidos na retórica dos elaboradores de políticas dos Estados, e; adota-se os Estados como atores centrais, de acordo com a proposição de Alexander Wendt em sua obra *Social Theory of International Politics* (1999). A variável independente, portanto, é a identidade cognitiva-social própria dos *policy makers*, sua identidade corporativa – ou política (CHECKEL, KATZENSTEIN, 2009) construída pelos Estados e em constante mutação no curso da história latino-americana.

A análise de fenômenos e cenários recentes e/ou atuais, contudo, presume uma disposição mais flexível de asserções do que a análise propriamente histórica destes; o debate aqui exposto, portanto, visa a reconhecer e estabelecer padrões de comportamento dos atores, embora entenda e mesmo aponte para a mutabilidade da grande maioria destes padrões, no marco epistêmico que perpassa o estudo das relações internacionais.

Tendo estas considerações em vista, analisemos um período de tempo que contempla a chamada onda dos Novos Regionalismos. Esta, por sua vez, é composta, até o presente tempo, de dois subperíodos essencialmente distintos e, em grande medida, considerados antagônicos: o Regionalismo Aberto (1990-2003) e o Regionalismo Pós-Liberal (2003-2014), considerando o segundo nosso foco de análise, uma vez que circunscreve o surgimento e o desenvolver dos dois processos de regionalização a serem analisados – ALBA-TCP e UNASUL.

4.1 Regionalismo aberto e regionalismo pós-liberal

De acordo à percepção geral das teorias realistas ou estruturalistas²¹ o senso de legado comum, aliado ao cálculo da *realpolitik*²² de cooperação contra constrangimentos externos de caráter imperialista, sejam políticos ou econômicos, tem sido motores de diferentes arranjos e projetos integrativos. Como colocado de maneira direta por Myrdal (1968, p. 39) “there are no mystical qualities in geographical proximity that make neighboring nations a unit in any real sense culturally, politically or economically”²³.

Contudo, esta necessidade de unidade tem sido concebida primordialmente como um instrumento de balanceamento das influências externas – em um sentido mais amplo, da hegemonia estadunidense; da competitividade econômica com a União Europeia; e das imposições da globalização e do capital internacional. Em outras palavras, em vez de um destino teleológico, o regionalismo na América tem sido interpretado por essas correntes como guiado por cálculos defensivos, qualificando os países latino-americanos mais como passivos do que ativos no contexto da conformação de ordens globais (KEOHANE, 2001).

A perspectiva construtivista não tenta refutar a análise realista sobre integração, mas pretende desconstruir seu teor racionalista. Agrega-se, portanto, a essa análise, os efeitos históricos de uma construção da percepção identitária dos estados, deglutida no sumo da formulação discursiva presente em suas instituições, tanto nacionais como, e principalmente, regionais.

Desde a Grande Depressão até hoje as visões dos EUA e da América Latina refletiram um debate sobre desenvolvimento nacional e regional definido em termos do estatismo versus o liberalismo (RIGGIROZZI, 2011). As maneiras através das quais essa dicotomia tem sido solucionada é inerentemente relacionada a como as nações latino-americanas perseguiram autonomia frente à dependência em relação aos Estados Unidos. Perpassando ambas as ondas de regionalismo de diferentes maneiras, essa dicotomia necessariamente compõe a base-histórico cultural da identidade regional. A primeira onda pode ser percebida como uma

²¹ Estruturalismo refere-se ao conceito próprio da sociologia do conhecimento, não se referindo à vertente economista homônima.

²² Termo que denomina a ideia central das análises realistas.

²³ Não há qualidades místicas na proximidade geográfica que faça nações vizinhas uma unidade em qualquer sentido real, culturalmente, politicamente ou economicamente. (tradução nossa).

resposta à criação da Comunidade Econômica Europeia, em 1957 e ao acesso das ex-colônias à CEE em termos de acordos de preferências.

Ilustrativo do caráter defensivo da regionalização, O discurso do presidente do Uruguai no início dos anos 1960 enfatiza que “a formação do Mercado Comum Europeu é um estado de quase-guerra com as exportações latino-americanas. A um esquema de integração devemos responder com outra integração” (MATTLI, 1999, p. 40). A ideia geral expressa na ocasião era de que a integração econômica aumentaria a capacidade de barganha e facilitaria a industrialização por meio da substituição de importações em escala regional. Este era o núcleo do chamado “velho” regionalismo na América Latina (RIGGIROZZI, 2011).

Tal orientação discursiva expressava a lógica de um regionalismo autônomo, configurando-se ao longo das décadas 1960 e 1970 o teor desenvolvimentista e estatista da maioria das iniciativas integrativas na região. Teria sido motivado, sobremaneira, pela nova ordem econômica mundial instalada no pós-Segunda Guerra Mundial, majoritariamente pelas políticas de reconstrução das economias centrais.

Também seria motivado pelo discurso de fortalecimento da América Latina propagado pelos governos nacional-desenvolvimentistas da época, que almejavam uma maior inserção no sistema internacional estratificado da Guerra Fria; e pelo aprofundamento da integração europeia, que impôs a urgência da criação de uma alternativa para as economias latino-americanas, já que a criação da Comunidade Econômica Europeia (CEE) significava um bloqueio às importações dos produtos latino-americanos. (BRICEÑO RUIZ, 2007).

O principal interesse dos policy makers latino-americanos nesse período (década de 1960) estava relacionado à criação de um ciclo virtuoso de desenvolvimento, através do desenvolvimento de uma economia de escala, tendo sido o grande marco temporal dessa forma de regionalismo no continente a criação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), em 1960.

Uma das principais teorias que influenciam a formulação do modelo de regionalismo neste período foi o estruturalismo, que através da figura de Raúl Prebisch, secretário executivo da CEPAL, buscou promover a ampliação da capacidade produtiva e a diversificação da produção industrial na América Latina, a fim de aumentar a substituição de importações regionalmente.

A segunda onda ocorre, portanto, no contexto do fim da Guerra Fria e da dissolução da União Soviética, marcando a redução da preponderância dos temas militares e de segurança na agenda global. No mundo do pós-Guerra Fria produziu-se, no marco da narrativa do “fim da história”²⁴, um processo de comercialização das relações internacionais, como resultado da globalização dos fluxos financeiros, da informação e da produção industrial transnacional. Briceno-Ruiz afirma que se produziu uma politização das relações comerciais à medida em que os atores não-estatais, sobretudo as instituições financeiras, ganhavam poder em escala global. Também aponta a ascensão do regionalismo, baseada nas expectativas de uma nova divisão da economia mundial em blocos econômicos (BRICEÑO-RUIZ, 2007). A América Latina não destoa desse padrão cognitivo, absorvendo intensivamente o arcabouço de expectativas e projetos integrativos previstos; configurando, ao mesmo tempo, a ascensão do novo regionalismo e do modelo neoliberal na região.

O Novo Regionalismo enquanto abordagem tem alavancado a imaginação intelectual de acadêmicos preocupados com o regionalismo para além, não somente da compreensão realista, mas também da neo-funcionalista de integração, baseada nos estudos sobre a União Europeia (WARLEIGH-LACK, 2010). A evolução do debate teórico acerca de regionalismos desde os anos 1980 tem sido alimentado pela proliferação de acordos regionais de cooperação que, diferentemente de experiências prévias de regionalismo associadas a protecionismos do pós-guerra, foram parte de um processo mais amplo de globalização neoliberal.

Enquanto o "velho" regionalismo dos anos 1950 aos anos 1970 era o resultado de arranjos regionais de regulação de mercados e aplicação de tarifas, as "novas" linhas do regionalismo estão atreladas à transnacionalização do comércio e da produção, bem como à progressiva liberalização de mercados em países emergentes (BOAS; MARCHAND; SHAW, 1999²⁵; HETTNE, 1999, p. 7 apud RIGGIROZZI, 2011).

Hettne (2003) define essa mudança como caracterizada fundamentalmente pela multidimensionalidade de seus processos, bem como pelos novos objetivos e delineamentos em uma estrutura global de transformação onde vários atores não estatais operam em diferentes níveis do sistema global (HETTNE, 2003). O novo regionalismo era considerado,

²⁴ Título e conceito elaborado pelo americano Francis Fukuyama (1989), que projetava a narrativa da derrota da oposição às tendências liberalizantes do sistema estadunidense, sugerindo a inevitável ascensão dessa ordem a partir do fim da União Soviética.

²⁵ MARCHAND, M. H., BOAS, M., SHAW, T. M. **The political economy of new regionalisms**, *Third World Quarterly*, 20:5, 897 – 910, 1999.

assim, uma estratégia para enfrentar as dinâmicas da globalização, apoiando as capacidades dos estados de governar em um espaço regional nos campos que compreendiam as interdependências regionais e globais crescentes, e onde alguns interesses nacionais eram percebidos e redefinidos como interesses comuns (SÖDERBAUM; SHAWN, 2003; HETTNE, 2005).

A onda dos novos regionalismos é inaugurada, portanto, pelo chamado Regionalismo aberto, que centrado no âmbito econômico-comercial, combinou a abertura aos mercados externos e a manutenção de um elemento preferencial para os países de um mesmo bloco, a fim de promover melhorias em competitividade e eficiência produtiva em relação aos demais blocos. Em seu aspecto político, tratou de fortalecer a capacidade dos Estados membros de gerenciar as interdependências regionais, e com isso, conferir confiança à governabilidade interna (SANAHUJA; CIENFUEGOS, 2010).

Definiu-se esse modelo na medida em que os Estados passavam a buscar liberalizar o comércio através de acordos bilaterais ou pela criação de uniões aduaneiras, como a CAN e o MERCOSUL. O discurso promovido pelos Estados latino-americanos para legitimar a adoção imediata deste modelo foi, em grande medida, endossado na elaboração dos estudos da CEPAL, cuja agência no sentido de dar significado à integração inclinava-se explicitamente à modalidade neoliberal de políticas econômicas e estratégias de governança.

Em relatórios anuais, a comissão sinalizava a convicção do estabelecimento definitivo de uma nova ordem, agregando ao discurso ideacional neoliberal a necessidade de formular-se um marco integral de instituições e políticas públicas na área de Pesquisa e Desenvolvimento, e a regulação dos mercados para estimular o intercâmbio tecnológico e incrementar a produtividade e a competitividade diante do processo de globalização (CEPAL 1994, IDB 2002).

Contudo, em contraposição posterior à década de 1990, o início dos anos 2000 caracterizou-se, de acordo com Briceño-Ruiz (2007), por três “retornos” distintos: o retorno ao fortalecimento do papel do Estado; o retorno à politização das relações regionais; e o retorno a uma agenda desenvolvimentista marcadamente associada a um novo impulso de uma agenda social e de uma série de políticas consequentes por parte do Estado, tanto no âmbito especificamente social como nas esferas econômica e política. (SERBIN; MARTÍNEZ; RAMANZINI JR., 2012, p.11).

Riggirozzi contribui com a tese de Briceño, apontando que, no contexto em que vários pilares do neoliberalismo - enquanto paradigma político e econômico – tem sido criticamente questionado por acadêmicos, políticos e atores sociais, A América Latina passa a revisar e elaborar normas de engajamento regional e cooperação, baseada na reconfiguração de alianças, instituições e motivações políticas. Como resultado, a governança nas Américas é caracterizada, hoje, por projetos regionais sobrepostos e, por vezes, concorrentes (RIGGIROZZI, 2011).

Caracteriza-se a configuração deste novo cenário, desde 2005, pela elaboração de um desenho “pós-liberal”, que procura a superação das limitações do Regionalismo Aberto (CHACÓN, 2004; MOTTA; RÍOS, 2007; SANAHUJA, 2010; GARDINI, 2011). Os dois maiores exemplos seriam a Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA-TCP) e a União das Nações Sul-americanas (UNASUL) (FRITZ, 2007; ALTMANN 2011; CIENFUEGOS; SANAHUJA, 2010).

Com o retorno da politização da integração, aliada à agenda de temas sociais, resgatou-se também a construção discursiva de uma vocação integrativa, permeada pelos elementos ideacionais de um modelo anti-hegemônico, estabelecendo a relação de negação do “outro” – Estados Unidos – na construção dos regionalismos e reafirmando elementos do arcabouço identitário latente da região. A ALBA-TCP destaca-se ao evocar o anti-imperialismo, ou o ingrediente “Bolivariano” do regionalismo latino-americano. Contudo, Sanahuja (2010) defende que UNASUL e ALBA-TCP pode ser entendidos como uma interpretação do regionalismo “anti” ou “pós” liberal, não podendo ser enquadrados em taxonomias, como a de Béla Balassa (1961), e tampouco enquadram-se em qualquer desenho ou propósito supranacional (SANAHUJA, 2010).

Riggirozzi (2011) esclarece a elaboração do conceito, evidenciando que, a despeito de identificar-se uma série de mudanças na economia política da região, produzindo uma refocalização em direção aos fatores políticos e sociais da regionalização, em lugar da liberação do comércio, seria errado assumir que a transição entre os dois modelos integrativos constitui uma ruptura com o passado recente da região. A transformação deste cenário estaria relacionada, ao contrário, às novas possibilidades de agência e de escolhas autônomas, em um contexto onde um único e hegemônico modelo de economia política para a região havia se esgotado.

A tese do autor, orientada pela perspectiva da auto-percepção e da cognitividade social, propõe estabelecer-se a relação dialética de oposição entre o modelo neoliberal, expressão máxima da projeção hegemônica estadunidense sobre a região, e o modelo pós-liberal, no qual a conjugação dos interesses dos Estados à reavaliação da relação de dependência com os Estados Unidos configura a característica fundamental. (RIGGIROZZI, 2011).

A base teórica construtivista, portanto, contribui para entender como a mutabilidade da noção de comunidade pode emergir, bem como de que maneira identidades sociais historicamente adquiridas constituem importantes obstáculos à cooperação (WENDT, 1994; CABALLERO-SANTOS, 2008).

No sentido de entender a formação de regionalismos como um caso paradigmático de mudança estrutural nas relações internacionais é que a relação estabelecida entre o construtivismo de Wendt e as teorias de integração regional torna-se real. Tal mudança, portanto, não pode ser explicada por aspectos materiais, mas por aspectos ideacionais. Ele afirma que os teóricos da integração apreciavam essa abordagem há tempos, porém sua nascente sociologia da comunidade internacional perdeu-se nos estudos economicistas sobre cooperação desenvolvidos por realistas e racionalistas (WENDT, 1994).

Entre as poucas abordagens construtivistas latino-americanas, destaca-se a de Myriam Colacrai, para quem o fortalecimento do arcabouço ideacional dos regionalismos latino-americanos é uma tarefa necessária para sua emergência e consolidação. Segundo a autora, as instituições podem ajudar a forjar a integração regional por conta própria, limitando as possibilidades de que o surgimento de outras narrativas cognitivas tire vantagem da vulnerabilidade desses processos; “se reconhecêssemos o valor constitutivo das instituições, em lugar de seu valor regulatório, estaríamos no caminho de concretizar um ciclo virtuoso que definimos como: formulação ideacional, agência das instituições e policy makers resultando na política internacional em um processo contínuo de *feedback* (COLACRAI, 2004).

4.2 ALBA-TCP e UNASUL

No sentido de analisar o conteúdo ideacional e, portanto, conformador dos interesses e identidades concebidos no interior dessas instituições, elencaremos as políticas e o padrão

discursivo geral que as justifica nas proposições da ALBA-TCP e da UNASUL. Consideramos que os seguintes fatores conformam um espectro interpretativo amplo de projetos e interesses, e ilustram em boa medida a identidade corporativa expressa nestas instituições:

- a) o intergovernamentalismo e a supranacionalidade;
- b) a cooperação regional;
- c) a complementaridade econômica; e
- d) a integração cultural.

Diversos são os sentidos a partir dos quais os autores construtivistas enquadram estas duas instituições nos conceitos recém-cunhados de regionalidade (SÖDERBAUM, 2003) e de regionalismo pós-liberal (BRICEÑO-RUIZ, 2007), não as limitando a comum contextualização temporal. Enquadram-se no conceito de regionalidade, na medida em que produzem significação sobre a articulação de novas ideias fundacionais sobre o papel de uma região no contexto global, sobre objetivos comuns e espaço comum, bem como senso de pertencimento. Repercutindo essas ideias entre diferentes grupos sociais, identidades locais e étnicas, a regionalidade baseia-se, em sua proposição econômica, na utilização autônoma de recursos naturais e em modelos alternativos para sua produção e distribuição regional (RIGGIROZZI, 2011).

ALBA-TCP e UNASUL atendem, igualmente, a uma série de características do discurso institucional pós-liberal, estabelecidas por Sanahuja (2010), quais sejam:

- a) ambas instituições expressam um “retorno à política” nas relações exteriores e nas políticas de desenvolvimento, dando menor atenção à agenda comercial e de liberalização econômica que prevaleceu no modelo de regionalismo aberto, o que não é alheio à ascensão de distintos governos de esquerda na América Latina, seus discursos nacionalistas e as tentativas da Venezuela e do Brasil de exercer liderança na região;
- b) também expressam o retorno à agenda desenvolvimentista, inscrita no marco do pós-Consenso de Washington. Isto implicou políticas de distanciamento do neoliberalismo, do regionalismo aberto e da liberalização comercial;

- c) ambos expressam o retorno do papel do Estado às políticas integrativas, particularmente a cooperação e concertação, e o desenvolvimento econômico e social, o que significa um maior papel atribuído aos atores estatais frente a um predomínio de atores privados e a entrada de capitais internacionais, conjugado no regionalismo aberto;
- d) a busca por maior autonomia no contexto dos mercados globais, e frente às políticas impositivas estadunidenses para a região, oferecendo espaço para a reconfiguração de agendas como paz, segurança regional, defesa territorial, gestão de crises e coordenação autônoma de política externa;
- e) existe uma ênfase maior na agenda positiva da integração, centrada na criação de instituições e políticas voltadas à cooperação, em âmbitos não comerciais, implicando uma agenda ativa de cooperação sul-sul no interior da região e a emergência de novos mecanismos e agendas de cooperação em campos como segurança energética, coordenação macroeconômica, temas monetários e financiamento do desenvolvimento;
- f) crescentes preocupações com os gargalos do desenvolvimento, como a falta de infraestrutura regional, visando a melhorar a integração física dos mercados locais e facilitar acesso aos mercados externos;
- g) crescente atenção aos temas sociais e à redução de assimetrias ao desenvolvimento, vinculando integração regional com redução da pobreza e da desigualdade;
- h) promoção da participação de atores civis no processo integrativo e legitimação social dos processos de integração. (SANAHUJA, 2010).

4.2.1 Intergovernamentalismo e supranacionalidade

Dois aspectos fortemente relacionados no contexto do modelo institucional, o caráter intergovernamentalista das instituições é entendido como a dinâmica através da qual os governos de cada país influem na construção, na continuidade e nas reformas do modelo institucional adotado, bem como a disputa por poder político interno através de diversos

fatores internos a cada país-membro, como a troca de mandatos, que ocasiona eventuais quebras de padrão de comportamento de seus *policy makers*; o aspecto da supranacionalidade, por sua vez, refere-se à tendência, verificada no caso do processo integrativo europeu, no qual a soberania nacional dos Estados é passada às instâncias governativas do bloco, configurando novo rearranjo de poder.

Para Riggiozzi (2011), a UNASUL configura a tendência à uma política institucionalizada; e salvo a assinatura de disposições em seu marco institucional impedindo a alteração constitucional dos mecanismos de coordenação horizontal e prevalência da soberania nacional dos Estados-membros, tenderia também à constituição de uma supranacionalidade à la União Europeia. Identifica-se essa tendência na capitalização de instituições pré-existentes do MERCOSUL e da CAN, replicando uma concepção mais tradicional de regionalismo aberto e região-corno-unidade, embora esteja inscrita em uma área sem coesão às vistas da lógica de abertura de mercados – a costa oeste tenderia a comercializar com a China e a costa leste, preferiria o comércio com a União Europeia.

Também segundo Riggiozzi (2011) a ALBA-TCP, por outro lado, representa um maior distanciamento das experiências prévias de integração na América Latina, incorporando um espaço comunitário baseado na coesão sócio-econômica e na necessidade de políticas de bem-estar social, substituindo a lógica de instituição guiada exclusivamente por interesses macro-econômicos estatais.

Assim como a liderança da ALBA é legado à Venezuela, é inevitável que o mesmo aconteça com o Brasil, no caso da UNASUL, dados o tamanho de sua economia e contingente populacional em relação aos demais países da UNASUL. Os dois países tem uma postura de pró-atividade superior a todos os demais membros. No caso venezuelano, Katz (2016) considera que o governo chavista na Venezuela é, a primeira vista, fundamental para a manutenção do projeto bolivariano (KATZ, 2016), visto que nenhum outro país do bloco seria capaz de investir nele sem a presença da Venezuela. Além disso, trata-se do principal elaborador de políticas e responsável pelo desenvolvimento do discurso identitário no marco institucional do bloco.

4.2.2 Cooperação regional

A cooperação regional também configura particularidades tanto no caso da ALBA-TCP como no caso da UNASUL; e em ambos os casos, o modelo de cooperação baseado fundamentalmente no discurso identitário configura uma estratégia até então pouco explorada pelas tentativas de integração anteriores. No caso da ALBA-TCP, a prática envolve majoritariamente cooperação na área de políticas sociais de inclusão, combate à pobreza, saúde pública e educação.

ALBA-TCP, tendo sido instituída fortemente sob o signo da solidariedade entre os povos latino-americanos, tem como diretrizes de cooperação a superação das questões de segurança alimentar e combate à fome que perpassam diversos países da região. O programa de cooperação alimentar conta, a partir de 2009 com uma companhia transnacional de fornecimento de insumos alimentares, abarcando Venezuela, Nicarágua, Equador, Bolívia, Honduras e República Dominicana.

Em termos de cooperação técnica Bolívia é um dos países que mais se beneficia da ALBA. A Venezuela é responsável por continuamente cooperar com as indústrias bolivianas de extração de gás e minerais, ao troco de usufruir desses recursos. Investimentos cubanos e venezuelanos na Bolívia possuem vantagens em descontos de impostos, e a Bolívia se compromete a ajudar a ALBA com conhecimentos em questões indígenas e de medicina tradicional, como exposto no tratado de adesão boliviana à ALBA. (HARRIS; AZZI, 2005).

O governo cubano disponibiliza cerca de 500 bolsas de medicina para países da ALBA, das quais cerca de 100 estudantes dominicanos recebem essas bolsas, e outros 75 possuem bolsas em outros cursos (TASHIN, 2009). O intercâmbio estudantil é intenso entre Cuba, Venezuela e Bolívia (TASHIN, 2009). Mais recentemente, os países-membros assinaram o Acordo de Reconhecimento de Títulos de Graduação e Diplomas para facilitar, não só o intercâmbio de estudantes, como de profissionais. O acordo pode ser interpretado como um passo adiante numa infraestrutura legal supranacional para livre-circulação de pessoas (MUHR, 2010).

UNASUL, por sua vez, destaca-se pela cooperação estratégica, securitária e militar. A criação do Conselho de Defesa Sul-americano (CDS). No intuito de cooperar no combate ao narcotráfico transnacional e outras formas de crimes transnacionais. O CDS também tem

contribuído no sentido de incrementar a confiança recíproca entre os Estados sul-americanos, a partir de ações como a troca de informações entre as forças armadas e a articulação de posições comuns em foros multilaterais. Destaca-se a cláusula aprovada pela UNASUL que permite aplicação de sanções diplomáticas, políticas e comerciais a qualquer tentativa ou golpe de Estado nos países membros.

O Brasil insere-se na UNASUL como líder “natural”, dadas as proporções de sua economia, capacidades militares e orçamento de defesa. Contudo, argumenta-se que a posição relativa de poder decisório do país na UNASUL insere-se em política de projeção da liderança brasileira, estabelecendo, no contexto da cooperação securitária, assimetria de poder em relação aos demais países-membros, implicando que a confiança institucional deposite-se no cerne dos interesses estratégicos brasileiros; contrariando os princípios de irmandade e horizontalidade do marco institucional do bloco; criando potenciais animosidades político-diplomáticas e; deslegitimando o discurso identitário de caráter anti-hegemônico defendido por seus *policy makers*.

4.2.3 Integração cultural

A integração cultural é entendida como uma dimensão muito ampla da formação de regionalismos e de muita relevância, por vezes subestimada pelas análises racionalistas. Os projetos integracionistas da ALBA-TCP e da UNASUL, contudo, utilizam-se desta dimensão como uma das bases de sua construção discursiva, tendo estabelecido objetivos concretos em relação à sua promoção, refletindo agenda característica de regionalismos pós-liberais, onde o aspecto cultural da integração não era entendido como essencial. Ressalta-se que se trata não apenas da promoção de conteúdo cultural produzido por meios de comunicação, mas da promoção de valores, hábitos, contextos sociais e de diversas impressões das particularidades de cada sociedade, configurando, portanto uma extensa gama de inter-relações possíveis, desde o modo de vida de uma localidade particular até o intercâmbio linguístico entre as diversas regiões hispano-falantes da região.

No sentido da contribuição para a promoção das diversas trocas culturais, as políticas de cada um dos blocos divergem, contudo, unidas pelo sentimento de valorização do potencial

integrativo do fomento à troca cultural entre seus países-membros. A UNASUL expressa discursivamente de maneira ostensiva o sentido que atribui à identidade cultural comum e particular na América do Sul, fazendo referência a uma relação cultural que se relaciona com a proximidade geográfica, a permeabilidade cultural das regiões fronteiriças e a consolidação de valores comuns ao longo da história latino-americana.

A Declaração de Cusco (2004) explica que essa identidade coletiva adviria da “história compartilhada e solidária de nossas nações, que desde as façanhas da independência têm enfrentado desafios internos e externos comuns”. Em diversas ocasiões, o nome de personagens da narrativa bolivarianistas ilustram o conteúdo culturalista e ideacional do discurso da UNASUL, como no Consenso de Guaiquil (2002), na Declaração da Zona de Paz Sul-Americana (2002), na Declaração de Ayacucho (2004) e na Declaração de Cusco (2004) (MEUNIER, 2012).

Essa terminologia identitária é utilizada tanto em construções associadas ao passado, como base histórico-cultural de legitimação da integração regional, quanto em outras relacionadas ao futuro, materializando a identidade como projeto. Na Declaração de Cochabamba (2006), por exemplo, coloca-se que “nuestra integración se asienta en [...] la valorización de una identidad cultural sudamericana con participación de actores locales y regionales”, inserindo a identidade regional no seu Plano Estratégico para Aprofundamento da Integração Sul-Americana (Meunier, 2012).

A partir de marcos normativos da UNASUL, dispendo sobre princípios gerais de orientação de sua formação institucional, o bloco reafirma-se discursivamente a favor de políticas de longo prazo no que tange à promoção da integração cultural, no sentido de reforçar a noção da identidade coletiva, seja como background histórico-cultural, seja como projeto político (MEUNIER, 2012).

A ALBA-TCP, por sua vez, baseia-se em um mesmo entendimento sobre a reflexão cultural da identidade coletiva regional, embora tenha lançado um projeto particularmente ambicioso e considerado bem-sucedido, a conexão inter-cultural na via das telecomunicações de massa, a partir da criação da TeleSur.

Os países da ALBA entendem como ameaçadora a atuação de grandes conglomerados de mídia, estando esses muitas vezes na mão das elites conservadoras desses países. Para tanto, a ALBA possibilitou a criação da TeleSur, inicialmente chamada de ALBA TV11. A

ideia era a criação de uma comunidade de estações televisivas nas Américas. A TeleSur é um projeto político que visa a democratização do acesso à informação bem como da produção de conteúdo (ALTMANN, 2009; HARRIS e AZZIS, 2005).

Os meios de comunicação de massa podem ser entendidos como importantes agentes sociais envolvidos em processos de construções cognitivas coletivas. Essa ideia é ainda reforçada por outro pressuposto analítico: o de que as relações com a mídia são uma marca das interações sociais modernas, como ressalta Thompson (1998). Nesse sentido, a criação e manutenção da rede Telesur (da qual fazem parte Venezuela, Argentina, Cuba, Uruguai e Bolívia) tenta construir o que ela chama de “identidade latino-americana” e, em uma dimensão mais geral, os processos de objetivação cultural através dos meios de comunicação de massa, constituindo-se diretamente em um braço da projeção dos interesses da ALBA para além do espaço de construção identitária institucional.

Portanto, uma concepção de identidade latino-americana por meio da Telesur - e a partir de um projeto político identificado com os ideais bolivarianos – é construída em um campo de relações de poder em que o referencial de oposição é os Estados Unidos. Esses são singularizados pela rede em termos identitários como “imperialistas”, em contraposição ao pluralismo da América Latina.

4.2.4 Complementaridade econômica

Como já exposto anteriormente, o modelo de regionalismo pós-liberal alterou significativamente a orientação das práticas institucionais dos blocos regionais. No âmbito da complementaridade econômica, o que no regionalismo aberto caracterizava-se por acordos de preferências bilaterais ou multilaterais de agenda expressamente comercial, no modelo pós-liberal é marcado pela reafirmação de compromissos de longo prazo com a região, baseado na agenda fortemente voltada para questões sociais, no marco da aproximação das instituições regionais às sociedades civis e na politização das pautas econômicas de integração.

Particularmente, o enfoque adotado pela ALBA-TCP tem por meta o combate aos altos níveis de pobreza, exclusão social e desigualdade que ainda perpassam diversos países da região, orientando amplamente o investimento dos fundos de convergência da ALBA para

estes fins. A construção de uma comunidade regional, portanto, não é puramente retórica, mas o conteúdo e as novas práticas do regionalismo são inerentemente ligadas à construção social, política e econômica de um nova noção de regionalidade (RIGGIROZZI, 2011).

Destaca-se também o papel do Banco da ALBA-TCP. Criado em 2009, tem sede em Caracas e desde então é responsável pelo financiamento de projetos Gran-Nacionais, ou seja, transnacionais intra-bloco, divididos prioritariamente nos Conselhos. São através do Banco da ALBA que se realizam as transações do SUCRE, Sistema Unitário de Compensação Regional, principal nuance econômica da ALBA. Contudo, a importância do SUCRE é mais política que econômica.

Adotado em 2009, o SUCRE é uma moeda virtual que não circula entre as populações, mas entre os Bancos Centrais dos países membros para registro de trocas contempladas pelos acordos do bloco. Ao ser posto em prática, cada país possui uma quantidade de sucres disponíveis para realizar trocas entre os demais, de acordo com sua importância econômica dentro do bloco. 154 milhões de sucres foram divididos da seguinte forma: Venezuela 67.2 milhões, Equador 24.8 milhões e Cuba 20 milhões (TRUCCO, 2012).

O funcionamento da rede de solidariedade da ALBA deve muito ao petróleo venezuelano. Cerca de 30 países do Caribe importam o produto recebendo descontos que chegam a 40% do valor de mercado. Cuba importa 100.000 barris de petróleo venezuelano por dia. Argentina e Bolívia importam o petróleo em troca de soja e algodão, respectivamente.

Outra instituição, que facilita as trocas de petróleo intra e extra ALBA, é a PETROAMERICA, composta de Petrocaribe, Petroandina e Petrosul, sendo a Petrocaribe a mais atuante (MUHR, 2010). Essa “possui um modelo de cooperação energética baseado nos princípios de solidariedade e tratamento diferenciado. É baseado na política venezuelana de estabelecer preços subsidiados e desenvolvimento de empresas mistas para operar no mercado de petróleo” (ALTMAN, 2009, p.2).

A principal relação política e motor da Aliança são os acordos envolvendo Venezuela e Cuba. Em 10 anos de governo Chavista, as trocas entre os dois países saltaram de 40 milhões de dólares em 1999 para 7 bilhões em 2009 . A Venezuela explora e refina o petróleo cubano enquanto Cuba importa produtos primários venezuelanos (DEFEO, 2010).

No caso da UNASUL, configura-se a conjunção de interesses de blocos regionais inscritos neste, quais sejam a CAN, o MERCOSUL e a CELAC. Definidos a partir da

convergência dos blocos em acordos e tratados de comércio, o caráter de complementaridade econômica da UNASUL pode ser caracterizada como uma estrutura interinstituições, a despeito de os blocos que a congregam guardarem essência oriunda de seus projetos fundacionais do período de regionalismo aberto, como a agenda mínima de preferências comerciais e protecionismo frente aos mercados europeus.

A agenda de proteção dos recursos naturais da região da América do Sul, no entanto, conforma uma preocupação exclusivamente da UNASUL. Configura-se, portanto um compromisso de administrar de maneira integrada a proteção das imensas regiões de preservação ambiental, responsabilizando-se a UNASUL por coordenar, sustentar e proteger os recursos naturais da região (RIGGIROZZI, 2011).

5 CONCLUSÃO

A análise de modelos ideacionais, ainda que realizada através de sua aplicação empírica, sempre enfrentará o desafio de não abordar todos os possíveis entraves, conjunturais, estruturais ou cognitivos – no sentido de entender relações internacionais sob uma epistemologia da sociologia pós-estruturalista; no nosso caso, valendo-se de uma vertente da teoria construtivista. Independente da configuração ontológica que se adota, atenhamo-nos a um conjunto de aspectos selecionado, e que configure um vislumbre da resposta que buscamos ao estudar processos na via interpretativista.

Ao realizar uma análise comparativa entre o chamado modelo de regionalismo aberto, sobrepujante na América Latina durante a década de 1990 e o modelo pós-liberal, ainda em fase de elaboração e conceituação teórica, que parece surgir da conjunção de vários fatores errantes no tempo histórico latino-americano, depreendamos, antes de tudo, que por tanto que configurem nossa volatilidade no cenário internacional, em boa medida também representam o caminho comum trilhado ao longo da nossa história pós-colonial.

É evidência dessa dialética de processos: a matriz incombustível de signos, símbolos e histórias presente por toda a região, que sobreviveu à deterioração de suas bases, foi reavivada, combatida repetidamente nos conflitos “eu”-“outro” que a conjugação do povoamento colonial das Américas engendrou, e mesmo assim, reascende de tempos em tempos, comprovando a centralidade dos processos cognitivos na construção da história mundial.

Este estudo teve como objetivo principal dar relevância a essa centralidade, que passa despercebida por todo um inventário de análises, desde os primeiros estudos em relações internacionais. A delimitação temporal, espacial e a dos significados, que se buscou aqui esclarecer retrata, no entanto, o potencial de expansão das áreas de estudo e das vertentes teóricas, que multiplicam hoje as interpretações dos processos sociais tão caros à academia das Ciências Humanas.

Nesse sentido, o marco teórico do neoinstitucionalismo discursivo serviu-nos como parâmetro dos padrões de construção da política na América Latina. Contudo, é na construção de uma cognição social – isto é, socialmente compartilhada – que podemos observar e entender o que a define através da história, investigando aspectos psicossociais que

contribuem sobremaneira para novas interpretações, reduzindo o ruído dos vícios hermenêuticos das teorias racionalistas. As instituições e seus elaboradores de políticas certamente não refletem *ipsis litteris* a percepção social de toda uma comunidade, mas a partir da adoção de conceitos auxiliares como o de comunidades epistêmicas (HAAS, 1992) é possível estabelecer relações úteis à análise dos processos institucionais, sob a lente de uma identidade corporativa (WENDT, 1994) ou política (KATZENSTEIN, 1996), aplicada ao estudo dos regionalismos.

Depreende-se também que através da utilização de conceitos próprios do construtivismo social, esboçamos o conteúdo cognitivo, isto é, interpretativo, das linhas identitárias sobre as quais nos debruçamos. Para estabelecer asserções que encontrem os objetivos gerais da pesquisa em relações internacionais, antes é preciso derivar as raízes de sua elaboração. Observar e caracterizar a história de um povo, de uma comunidade, por fora, é limitar o alcance científico das análises que realizamos; a incorporação dos valores psíquicos estabelecidos localmente ao conjunto de variáveis é a lição antropológica tão cara aos acadêmicos de relações internacionais.

Feitas as considerações acerca da abordagem teórica que contempla o trabalho, voltemo-nos ao encontro dos objetivos propriamente empíricos, quais sejam:

- a) a compreensão de dinâmicas político-estratégicas que permeiam o sistema de relações interestatais na América Latina;
- b) apontar os principais entraves para o aprofundamento destas relações; e
- c) delinear prerrogativas importantes para a viabilização de novos modelos de regionalismo e novos processos de regionalização a partir da ação institucional.

Primeiramente, ao estabelecer o conceito de sistema, assumimos uma postura estruturalista da visão do mundo. À luz da teoria construtivista, entende-se por sistema a expressão de um cenário internacional, em que, ainda que se pressuponha a ação sobrepujante dos Estados, não compõe uma ordem completamente *estruturada*. Portanto, ao analisar o cenário latino-americano, compreendemos que:

- a) as relações políticas se realizaram sob efeito da *naturalização* das instituições europeias, conferindo caráter de dependência ao ingressarem as comunidades latino-americanas na condição de Repúblicas independentes;
- b) o estabelecimento de formas de dependência conferiu às relações inter-regionais a marca da cognição do “outro” em um ponto de partida assimétrico, configurando diversos efeitos psico-sociais sobre as populações originárias que ecoam até hoje nas relações entre nações latino-americanas e europeias, bem como, em processo similar, estabeleceu-se com os Estados Unidos. Tais efeitos não puderam ser aqui analisados, embora perpassem qualquer interpretação cognitiva das relações sociais existentes hoje na América Latina;
- c) a trajetória de conflitos do “eu” em relação ao “outro”, no contexto das relações Estados Unidos-países latino-americanos deu-se sob intensa e perene campanha ideológica, marcada pela fundação do marco identitário americano, a Doutrina Monroe. Tal trajetória acabou por influenciar a própria formação de identidades e ideologias, configurando, entre outros efeitos, o processo que é objeto de nossa análise, a integração entre as Américas;
- d) por fim, entendemos o cenário das relações interestatais na América Latina hoje como um reflexo da cognição construída socialmente no subcontinente, marcada por momentos de resistência e outros de auto-inferiorização, à semelhança de diversas outras regiões do mundo onde o poder imperialista criou suas relações. O regionalismo pós-liberal e o regionalismo aberto são percebidos como expressões modernas dessa dinâmica, engendradas nas interdependências complexas do sistema capitalista e da atual conjuntura de hegemonia dos Estados Unidos.

Em direção a asserções ainda mais objetivas, apontemos os principais entraves para o aprofundamento destas relações e delineemos prerrogativas importantes para a viabilização de novos modelos de regionalismo:

A cognição da concorrência ideacional e ideológica da relação “eu”-“outro” entre Estados Unidos e países latino-americanos é percebida como elementar e irreversível, no entanto, a absorção da ideologia do outro pode ser identificada na aceitação da derrota ideacional, a partir da imposição, sobremaneira, da ideologia e práticas neoliberais nos anos

1990. Faz-se necessário à integração latino-americana, a progressiva desconstrução da imposição do neoliberalismo estadunidense, pois é expressão intensiva da percepção de dominação por parte de sua população, ao passo que é da percepção de dependência de nossas populações. No resgate dos signos e símbolos latinos residiu o sucesso dos esforços da ALBA-TCP e UNASUL, bem como outras formas de regionalismo ao redor do mundo buscam realizar hoje.

Impera a desnaturalização da fragmentação, tanto dos Estados-nações e regiões da América Latina como das cognições sociais que foram sendo tecidas ao longo do percurso pós-colonial; reversão essa impalpável, busquemos resgatar, em lugar, os elementos de união que também se processaram historicamente para produzir contrapartidas.

Por fim, a viabilização de projetos que se valham da simbologia, da construção ideacional e, portanto, identitária, depende, dentro de uma análise dos fatores exógenos, da resiliência de políticas, cultura e aproximação das populações latino-americanas. Os esforços de ALBA-TCP e UNASUL são, na minha análise, orientados no caminho certo. Apesar das conjunturas de crises, constrangimentos e projeção de conflitos internacionais que ainda virão, o sonho da decolonialidade pode ser vislumbrado no horizonte.

REFERÊNCIAS

- ACHARYA, A. Norm Subsidiarity and Regional Orders: Sovereignty, Regionalism, and Rule-Making in the Third World. **International Studies Quarterly**, Beverly Hills, v. 55, p. 95–123, 2011.
- ADLER, E. O construtivismo no estudo das Relações Internacionais. **Lua Nova**, São Paulo, n. 47, p. 201-246, 1999.
- ALTMANN, J. ALBA. **Institutions and Mechanisms**. FLACSO Secretaria General. Working Paper. 2009. Disponível em: <http://www.flacso.org/fileadmin/usuarios/documentos/Integracion/ALBA_Institutions_and_Mechanisms.pdf>. Acesso em: 15 set. 2016.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ARDAO, Arturo. Panamericanismo y Latinoamericanismo. In: ZEA, Leopoldo (Org.). **América Latina en sus ideas**. Cidade do México: Unesco e Siglo Veintiuno Editores, 1986. p.157-171.
- BALASSA, B. **Teoria da integração económica**. Lisboa: Clássica, 1961.
- BANCO DEL ALBA. **El banco**. Caracas, 2016. Disponível em: <<http://www.bancodelalba.org/>>. Acesso em: 3 ago. 2016.
- BANCO CENTRAL DE VENEZUELA. **Consejo Monetario Regional del SUCRE analiza líneas estratégicas para 2016**. Caracas, 2016. Disponível em: <<http://www.bcv.org.ve/c4/notasprensa.asp?Codigo=12660&Operacion=2&Sec=False>>. Acesso em: 3 ago. 2016.
- BATISTA, I. R. **Uma análise construtivista do modelo Pós-Hegemônico de Integração Regional**: o caso da ALBA. Faculdade ASCES. Caruaru, 2016. Disponível em: <http://repositorio.asc.es.edu.br/bitstream/123456789/203/1/BATISTA_Uma_análise_construtivista_do_modelo_pós-hegemônico_de_integração_regional,_o_caso_da_ALBA.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2016.
- BENZI, D. El exitoso ocaso del alba Réquiem para el último vals tercermundista. **Nueva Sociedad**, San Jose, n. 261, enero-febrero de 2016.
- BRAGA, M. B. Integração Econômica Regional na América Latina: uma interpretação das contribuições da CEPAL. **Indic. Econ. FEE**, Porto Alegre, v. 29, n.4, p. 200-220, fev. 2002.

Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/1345/1711>>. Acesso em: 23 set. 2016.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **The Social Construction of Reality: A Treatise in the Sociology of Knowledge**. London: Penguin Books, 1993.

BOLÍVAR, S. **Antología de Simón Bolívar**. Caracas: Correo del Orinoco, 2011.

_____. **Convocatória ao Congresso do Panamá**, 07 dez. 1824.

_____. **Discurso na Sociedade Patriótica**, 4 jul. 1811.

BRICEÑO-RUIZ, José, HOFFMAN, Andrea R. Post-hegemonic regionalism, UNASUR, and the reconfiguration of regional cooperation in South America. **Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies**, Ottawa, 2015.

_____. La iniciativa del Arco del Pacífico Latinoamericano. **Nueva Sociedad**, San Jose, n. 228, julio-agosto, p. 44-59, 2010.

BRUBAKER, R.; COOPER, F. Beyond Identity. **Theory and Society**, Dordrecht, v. 29, n. 1, p.1-47, 2000.

CABALLERO SANTOS, S. **Constructivism and regional integration theories. the application to MERCOSUR**. Stands for World International Studies Committee (WISC). 2nd Global International Studies Conference. Ljubljana: 2008. Disponível em: <http://www.wiscnetwork.org/ljubljana2008/papers/WISC_2008-52.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2016.

CASTRO, N. **América Latina e Caribe: integração emancipadora ou neocolonial**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

CHECKEL, J.; KATZENSTEIN, P. The Politization of European Identities. In: _____ (Org.). **European Identity**. Cambridge. Cambridge University Press, 2009. p.1-25.

CIENFUEGOS, M.; SANAHUJA, J. A. **Una región en construcción**. UNASUR y la integración en América del Sur. Barcelona: CIDOB, 2010.

COLACRAI, M. **La marcha de la integración en América Latina**. El rol de las ideas, instituciones y políticas en el Mercosur. CLACSO, 2004. p. 9.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E CARIBE - CEPAL. O regionalismo aberto na América Latina e no Caribe: a integração econômica a serviço da transformação produtiva com equidade. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 937 – 958.

CORAZZA, G. O “regionalismo aberto” da CEPAL e a inserção da América Latina na globalização. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 27, n.1, p.135- 152, maio 2006.

DEFEO, C. ALBA: How Much of a Turn to the Left in Latin American Governance and Economic Policy? **Venezuelanalysis.com**, [S.l.], 19 July 2010. Disponível em: <<http://venezuelanalysis.com/analysis/5500>>. Acesso em: 23 nov. 2016.

DIEZ, Thomas. Speaking “Europe”: The Politics of Integration Discourse. **Journal of European Public Policy**, [S.l.], v.6, n.4, Sept. 1999.

DEUTSCH, K. W. El análisis de las relaciones internacionales. **Paidós**, Buenos Aires, 1974.

DULCI, T. M. S. **As conferências pan-americanas: identidades, união aduaneira e arbitragem (1889-1928)**. 2008. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <10.11606/D.8.2008.tde-30112009-110850>. Acesso em: 25 nov. 2016.

FERES JR., J. **A História do conceito de “Latin America” nos Estados Unidos**. Bauru: EDUSC; ANPOCS, 2005.

GOLDSTEIN, J.; KEOHANE, R. O. Ideas and Foreign Policy: An Analytical Framework. In : _____ (Org). **Ideas and Foreign Policy: Beliefs, Institutions and Political Change**. Ithaca : Cornell University Press, 1993. p. 3-30.

GUSFIELD, Joseph. **La culture des problèmes publics – L'alcool au volant: la production d'un ordre symbolique**. Paris: Economica, 2009 (1981).

HAAS, ERNST B. **The uniting of Europe**. Political, Social, and Economic Forces, 1950-1957, University of Notre Dame Press, Indiana, USA, 2004.

HALL, S. Who needs 'identity'?. In: DU GAY, P.; EVANS, J. E; REDMAN, P. (Org). **Identity: a reader**. London: Sage, 2000. p. 15-30.

HERRMANN, R.; BREWER, M. B. Identities and Institutions: Becoming European in EU. In: HERRMANN, R.; RISSE, T.; BREWER, M.B. **Transnational Identities: Becoming European in the EU**. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2004. p.1-22.

HETTNE, B. The New Regionalism Revisited, de Bjorn Hettne. In: SODERBAUM, F.; SHAW, T. M. (Ed.). **Theories of New Regionalism**. [S.l.]: Palgrave Macmillan, 2003. p. 23-24.

HETTNE, B.; SÖDERBAUM, F. Theorising the Rise of Regionness. **New Political Economy**. Abingdon, v. 5, n. 3. p. 457-472, 2000.

HOPF, T. **Social Construction of International Politics: Identities & Foreign policies**. Moscow, 1955 & 1999. Ithaca: Cornell University Press, 2002.

KACOWITZ. **The impact of norms in international society: the Latin America experience, 1881-2001.** Notre Dame: Notre Dame University, 2005.

KATZ, C. Is South America's 'Progressive Cycle' At an End? **Venezuelanalysis.com**, [S.l.], 9 Mar. 2016. Disponível em: <<http://venezuelanalysis.com/analysis/11881>>. Acesso em: 11 ago. 2016.

KATZENSTEIN, P. J. (Ed.). **The culture of national security.** Norms and identity in world politics. Columbia University Press, New York, 1996.

KEOHANE, R. Multilateralism: an agenda for research. **International Journal**, v. 45, n. 4, p. 731-764, outono 1990. Edição especial : "Multilateralism: Old & New"

LAMBERT, J. **América Latina: estruturas sociais e instituições políticas.** 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1979.

LARRAÍN, J. La Identidad Latinoamericana: teoría e historia. **Estudios Públicos**, n. 55, p. 31-65, inverno 1994.

LIMA, M. R. S. Relações interamericanas: a nova agenda sul-americana e o Brasil. **Lua Nova**, São Paulo, 90, p. 167- 201, 2013.

LOWNDES, V. Institutionalism. In: MARSH, D.; STOKER, Gary (Org). **Theory and Methods in Political Science.** New York: Palgrave Macmillan, 2002. p. 90-108.

MALAMUD, A. Regional Integration in Latin America. Comparative Theories and Institutions. **Sociologia - Problemas e Práticas**, v. 44, p.135-154, 2004.

_____. Mercosul Turns 15: Between Rising Rhetoric and Declining Achievement. **Cambridge Review of International Affairs.** v.18, n.3, p.421-436, out 2005.

MARCH, J.; OLSEN, J. The Institutional Dynamics of International Political Orders. **International Organization**, v. 52, n. 4, p.943-970, 1998.

_____. **The Logic of Appropriateness.** ARENA, Center for European Studies, University of Oslo, Working Paper 04/09, 2004.

MARCUSSEN, M. et al. Constructing Europe? The Evolution of French, British, and German Nation-State Identities. **Journal of European Public Policy**, v. 6, n.4, p. 614-633, 1999.

MARTÍNEZ; RAMANZINI JR., SERBÍN. El regionalismo post-liberal en América Latina y el Caribe: Nuevos actores, nuevos temas, nuevos desafíos. In: **Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe.** CRIES, p. 11, Buenos Aires, 2012.

MEUNIER, M. I. **Construindo a América do Sul**: identidades e interesses na formação discursiva da Unasul. Dissertação (Mestrado) – UFPE, 2012.

MUHR, T. Counter-hegemonic regionalism and higher education for all: Venezuela and the ALBA. **Globalisation, Societies and Education**, v. 8, n. 1, p. 39–57, 2010.

ONUF, N. G. **World of Our Making**: Rules and Rule in Social Theory and International Relations. London; New York: Routledge, 1989.

RIGGIROZZI, P. Region, Regionness and Regionalism in Latin America: Towards a New Synthesis. **New Political Economy**, 2011.

RISSE-KAPPEN, T. **A community of Europeans?**: transnational identities and public spheres. Ithaca: Cornell University Press, 2010.

ROSAMOND, 1999. **Discourses of globalization and the social construction of European identities**. *Journal of European Public Policy* 6 (4), 652-668, 1999.

ROUQUIÉ, A. **Amérique Latine**: Introduction à l'Extrême-Occident. Paris: Seuil, 1987.

SCHIMMELFENNIG, F. International Socialization in the New Europe: Rational Action in an Institutional Environment. **European Journal of International Relations**, v.6, n.1, p. 109-139, 2000.

_____. Strategic calculation and international socialization: membership incentives, party constellations, and sustained compliance in central and eastern Europe. In: CHECKEL, J. (Org.). **International Institutions and Socialization in Europe**. New York: Cambridge University Press, 2007.

_____. Taking Ideas and Discourse Seriously: explaining change through discursive institutionalism as the fourth „new institutionalism. **European Political Science Review**, v.2, n.1, p.1-25, 2010.

TASHIN, E. **Looking to the future**: Examining the dynamics of ALBA. 2009. Disponível em: <http://www.networkideas.org/alt/dec2009/ALBA.pdf>. Acesso em 20 de novembro de 2016.

TRUCCO, P. The rise of the monetary agreements in south americ. In: RIGGIROZZI, P.; TUSSIE, D (Ed.). **The rise of post-hegemonic regionalism**. The case of Latin America. London, 2012.

VEIGA, P. da M.; RIOS, S. P. **O regionalismo pós-liberal na América do Sul**: origens, iniciativas e dilemas. Santiago do Chile: CEPAL, 2007. Disponível em: <http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/5/30045/S82CI_L2776ePOregionalismo_pos_liberal_America_do_Sul.pdf>. Acesso em: 29 set. 2016.

WELDES, J. Constructing National Interests. **European Journal of International Relations**, v.2, n.3, p. 275-318, 1996.

WENDT, A. Collective Identity Formation and the International State. **The American Political Science Review**, v.88, n.2, p. 384-396, 1994.

_____. **Social Theory of International Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.